

Os TEXTOS FUNDADORES

Tradução dos textos de referência de Jacques Lacan

Ana Laura Prates

Gonçalo Galvão

Graça Pamplona

Maria Célia Delgado de Carvalho

Paulo Rona

Revisão

Cícero Oliveira

Dominique Fingermann

Vera Pollo

Tradução dos textos estatutários

Silmia Sobreira

Vera Pollo

**Os textos de referência
de Jacques Lacan**

Ato de Fundação 21 de junho de 1964

Fundo – tão só quanto sempre estive em minha relação com a causa psicanalítica – a Escola Francesa de Psicanálise, cuja direção sustentarei pessoalmente pelos próximos quatro anos, pois nada no presente me impede de responder por ela.

Esse título em minha intenção representa o organismo onde deve se cumprir um trabalho – que, no campo aberto por Freud, restaure a relha cortante de sua verdade; que reconduza a práxis original que ele instituiu sob o nome de psicanálise ao dever que lhe compete em nosso mundo; que, por uma crítica assídua, aí denuncie os desvios e concessões que amortecem seu progresso, degradando seu emprego.

Este objetivo de trabalho é inseparável de uma formação a ser dispensada nesse movimento de reconquista. Quer dizer que aí estão habilitados, de pleno direito, aqueles que eu mesmo formei, e que para ela estão convidados todos os que puderem contribuir para introduzir, dessa formação, o bem-fundado da provação.

Aqueles que vierem para esta Escola se engajarão no cumprimento de uma tarefa submetida a um controle interno e externo. É assegurado, em troca, que nada lhes será poupado; para que tudo aquilo que eles façam de válido tenha a repercussão merecida, e no lugar que convier.

Para a execução do trabalho, adotaremos o princípio de uma elaboração sustentada num pequeno grupo. Cada um deles (temos um nome para designar esses grupos) se comporá no mínimo de três pessoas e no máximo cinco, sendo quatro a justa medida. MAIS UMA, incumbida da seleção, da discussão e do destino a ser reservado ao trabalho de cada um.

Após certo tempo de funcionamento, os integrantes de um grupo verão ser proposta a permuta para outro grupo.

O cargo de direção não constituirá uma chefia cujo serviço prestado será capitalizado para o acesso a um grau superior, e ninguém será tido como rebaixado por retornar ao nível de um trabalho de base.

Pela razão de que toda iniciativa pessoal recolocará seu autor nas condições de crítica e controle, nas quais todo trabalho a ser empreendido será submetido à Escola.

Isso não implica de forma alguma numa hierarquia de cima para baixo, mas numa organização circular cujo funcionamento, fácil de programar, se firmará na experiência.

Constituímos três seções, nas quais sustentarei a marcha, com dois colaboradores me secundando em cada uma.

1. Seção de psicanálise pura, ou seja, práxis e doutrina da psicanálise propriamente dita, que é e não é nada além – o que será estabelecido no seu devido lugar – do que a psicanálise didática.

Os problemas urgentes a serem colocados sobre todas as conseqüências da didática encontrarão aqui como trilhar uma via por um confronto mantido entre pessoas que tenham a experiência da didática e candidatos em formação. Sua razão de ser sendo fundada sobre aquilo que não há por que encobrir: a saber, na necessidade que resulta das exigências profissionais, cada vez que elas levam o analisado em formação a assumir uma responsabilidade, por menos analítica que seja.

É no interior desse problema e como um caso particular que deve ser situado aquele da entrada em supervisão. Prelúdio para definir esse caso com critérios que sejam outros que a impressão de todos e o preconceito de cada um. Pois se sabe que essa é atualmente sua única lei, quando a violação da regra implicada na observância de suas formas é permanente.

Desde o início e em todo caso uma supervisão qualificada será assegurada, ao praticante em formação em nossa Escola.

Serão propostos para o estudo assim instaurado os traços pelos quais eu mesmo rompo com os *standards* afirmados na prática didática, assim como os efeitos imputados a meu ensino sobre o curso de minhas análises, quando é o caso de, a título de alunos, meus analisados assistem a ele. Incluiremos nisso, se for preciso, os únicos impasses a serem destacados de minha posição em tal Escola, a saber, aqueles que a própria indução a que visa meu ensino engendraria em seu trabalho.

Esses estudos, cujo ápice é a colocação em questão da rotina estabelecida, serão recolhidos pela diretoria da seção, que zelará pelos caminhos mais propícios para sustentar os efeitos de sua solicitação.

Três subseções:

- Doutrina da psicanálise pura;
- Crítica interna de sua práxis como formação;
- Supervisão dos psicanalistas em formação.

Postulo, enfim, como princípio de doutrina, que essa seção, a primeira, bem como aquela da qual falarei o destino no item 3, não se deterá em seu recrutamento na qualificação médica, a psicanálise pura não sendo em si mesma, uma técnica terapêutica.

2. Seção de psicanálise aplicada, o que quer dizer de terapêutica e de clínica médica.

Serão aí admitidos os grupos médicos, sejam eles compostos ou não de sujeitos psicanalisados, por pouco que estejam em condição de contribuir para

a experiência psicanalítica; pela crítica de suas indicações nos seus resultados; pela posta a prova dos termos categóricos e das estruturas que ali introduzi como sustentando o fio reto da práxis freudiana – isso no exame clínico, nas definições nosográficas, na própria posição dos projetos terapêuticos.

Aqui também temos três subseções:

- Doutrina do tratamento e de suas variações;
- Casuística;
- Informação psiquiátrica e prospecção médica.

Uma diretoria para autenticar cada trabalho como sendo da Escola, e tal que sua composição exclua todo conformismo preconcebido.

3. Seção de recenseamento do campo freudiano

Ela assegurará de início o prestar contas e a censura crítica de tudo aquilo que oferecem nesse campo as publicações que ali se pretendem autorizadas.

Ela empreenderá a colocação em dia dos princípios dos quais a práxis analítica deve receber, na ciência, seu estatuto. Estatuto que, por mais particular que seja preciso, enfim, reconhecê-lo, não seria o de uma experiência inefável.

Ela convidará, enfim, tanto a instruir nossa experiência quanto a comunicá-la, o que, do estruturalismo instaurado em certas ciências pode esclarecer aquilo cuja função demonstrei na nossa – no sentido inverso daquilo que de nossa subjetivação, essas mesmas ciências podem receber de inspiração complementar.

Em última instância, uma práxis da teoria é requerida, sem a qual a ordem de afinidades que desenham as ciências a que chamamos conjecturais ficará à mercê desta deriva política que se alça da ilusão de um condicionamento universal.

Portanto, de novo três subseções:

- Comentário contínuo do movimento psicanalítico;
- Articulação com as ciências afins;
- Ética da psicanálise, que é práxis de sua teoria.

O fundo financeiro constituído inicialmente pela contribuição dos membros da Escola, pelas subvenções que ela obterá eventualmente, ou pelos serviços que prestará enquanto Escola, será inteiramente reservado para seu esforço de publicação.

Em primeiro lugar um anuário reunirá os títulos e o resumo dos trabalhos da Escola, onde quer que tenham sido publicados, anuário no qual figurarão, sobre sua simples demanda, todos os que ali tiverem tido alguma função. Aderir-se-á à Escola apresentando-se a um grupo de trabalho constituído como dissemos.

A admissão, no início, será decidida por eu mesmo, sem que eu leve em conta as posições tomadas por qualquer um no passado, a respeito de minha pessoa, certo que estou de que aqueles que me deixaram, não sou eu quem lhes quer mal, são eles que me quererão sempre mais mal por não mais poderem voltar atrás.

Minha resposta, de resto, concernirá apenas ao que eu puder presumir ou constatar a título do valor do grupo e do lugar que ele pretender preencher inicialmente.

A organização da Escola, com base no princípio de rotatividade que indiquei, será instaurada pelos cuidados de uma comissão habilitada por uma primeira assembléia plenária, que se realizará dentro de um ano. Essa comissão a elaborará com base na experiência percorrida ao término do segundo ano, quando uma segunda assembléia terá que aprová-la.

Não é necessário que as adesões cubram o conjunto deste plano para que ele funcione. Não preciso de uma lista numerosa, mas de trabalhadores decididos, como sou desde já.

Nota anexa

Este ato de fundação toma como nulos hábitos simples. Pareceu, entretanto, deixar algumas questões em aberto para aqueles a quem esses hábitos ainda regem.

Um guia do usuário, em sete itens, dará aqui as respostas mais solicitadas – donde poder-se-á supor as perguntas que elas dissipam

1. Do didata

Um psicanalista é didata, desde que tenha feito uma ou mais psicanálises que se tenham revelado didáticas.

É uma habilitação de fato, que sempre se passou assim, na verdade e que não depende de nada além de um anuário ratificando fatos, sem que tenha, sequer, de se pretender exaustivo.

O uso do consentimento dos pares tornou-se caduco por ter permitido a introdução muito recente do que se chama "a lista", a partir do momento em que uma sociedade pôde utilizar esta última para fins que desconhecem da maneira mais clara as próprias condições da análise a ser empreendida, bem como da análise em curso.

Condições cujo essencial é que o analisado seja livre para escolher seu analista.

2. Da candidatura à Escola

Uma coisa é a candidatura a uma Escola, e outra é a qualificação de uma psicanálise didática.

A candidatura à Escola exige uma seleção a ser pautada segundo seus objetivos de trabalho.

Seu encargo será tomado, a princípio, por uma simples comissão de acolhimento chamada *Cardo*, isto é, gonzo dito em latim, o que indica seu espírito.

Recordemos que a psicanálise didática só é exigida pela primeira seção da Escola, embora seja desejável para todas.

3. Da psicanálise didática

A qualificação de uma psicanálise como didática foi praticada até o presente, por uma seleção na qual, para julgá-la, basta constatar que ela não permitiu articular nenhum de seus princípios desde que começou a existir.

E nenhum terá mais chance de se destacar no futuro, exceto se romper primeiro com um uso que se presta à derrisão.

O único princípio certo a formular, ainda mais por ter sido desconhecido, é que a psicanálise constitui-se como didática pelo querer do sujeito, e que ele deve ser advertido de que a análise contestará esse querer, na medida mesma da aproximação do desejo que ele encerra.

4. Da psicanálise didática na participação na Escola

Aqueles que empreendem uma psicanálise didática o fazem por sua iniciativa e por sua escolha.

O título desta nota implica, inclusive, que eles podem estar em condições de autorizar seu psicanalista como didata.

Mas a admissão na Escola lhes impõe a condição de que se saiba que eles se engajaram nessa empreitada, onde e quando.

Pois a Escola, qualquer que for o momento em que o sujeito entra em análise, tem que pôr esse fato na balança com a responsabilidade, da qual não pode declinar, de suas conseqüências. É uma constante que a psicanálise tenha efeitos sobre toda prática do sujeito que nela se engaja. Quando essa prática provém, por pouco que seja, de efeitos psicanalíticos, ele se descobre a engendrará-los no lugar em que tem que reconhecê-los.

Como não ver que a supervisão se impõe desde o momento desses efeitos, antes de mais nada para proteger aquele que aí comparece na posição de paciente?

Alguma coisa está aqui em jogo de uma responsabilidade que a realidade impõe ao sujeito, quando ele é praticante, de assumir por conta e risco. Fingir ignorar esse fato é a incrível função que se conserva na prática da análise didática: presume-se que o sujeito não exerce a psicanálise, ou ele é tido como a violar, por seu feito, uma regra de prudência, quiçá de honestidade. Ao se observar essa regra, o sujeito que ali acaba por falhar em sua função, não está fora dos limites do que acontece, como sabemos, por outro lado.

A Escola não saberá abstrair-se desse desastroso estado de coisas, em razão mesmo do trabalho que ela é feita para garantir.

Por isso é que ela assegurará as supervisões que convierem à situação de cada um, fazendo frente a uma realidade da qual faz parte a concordância do analista.

Inversamente, uma solução insuficiente poderá motivar para ela uma ruptura de contrato.

5. Do engajamento na Escola

Ingressa-se agora na Escola por dois acessos:

O grupo constituído por escolha mútua segundo o ato de fundação, e que se chamará *cartel*, apresenta-se para minha aprovação com o título do trabalho que cada um se prestar a dar prosseguimento.

Os indivíduos que quiserem fazer-se conhecer, por qualquer projeto que seja, encontrarão caminho útil junto a um membro do *Cardo*: os nomes dos primeiros a terem aceitado seu encargo, a meu pedido, serão divulgados antes de 20 de julho. Eu mesmo encaminharia para um deles quem me fizesse demanda.

6. Do estatuto da Escola

Minha direção pessoal é provisória, ainda que prometida por quatro anos. Eles nos parecem necessários para o deslanchar da Escola.

Se seu estatuto jurídico é desde já o da associação declarada sob a lei de 1901, cremos dever, primeiramente, fazer aprovar em seu movimento o estatuto interno, que será, num prazo fixado, proposto ao consenso de todos.

Lembremo-nos de que a pior objeção que se pode fazer às sociedades da forma existente é o esgotamento do trabalho, manifesto até na qualidade, que elas causam entre os melhores.

O sucesso da Escola se medirá pela publicação de trabalhos que sejam aceitáveis em seu lugar.

7. Da Escola como experiência inaugural

Esse aspecto impõe-se suficientemente, pensamos, no ato de fundação, e deixamos a cargo de cada um descobrir suas promessas e seus obstáculos.

Àqueles que puderem interrogar-se sobre o que nos guia, desvendaremos sua razão.

O ensino da psicanálise só pode transmitir-se de um sujeito para outro pelas vias de uma transferência de trabalho.

Os "seminários", aí incluso nosso curso da École d'Études Supérieures, não fundarão nada, caso eles não façam referência a essa transferência.

Nenhum aparelho doutrinário, e especialmente o nosso, por propício que possa ser à direção do trabalho, pode prejudicar conclusões que serão seu resto.

Preâmbulo

Esta fundação, podemos antes de tudo levantar a questão de sua relação com o ensino que não deixa sem garantia a decisão de seu ato.

Estabelecer-se-á que, por mais qualificados que sejam os que estiverem em condições de ali discutir esse ensino, a Escola não depende dele, nem tampouco o dispensa, já que ele se desenvolve fora dela.

Se para este ensino, com efeito, a existência de uma audiência que ainda não tomou sua medida revelou-se no mesmo momento crucial que impôs a Escola, é ainda mais importante marcar aquilo que os separa.

Escola Freudiana de Paris – esse título, mantido em reserva no ato de fundação, anuncia bem as intenções das quais procedemos, àquele que se ativer a seus termos,.

Deixemos de lado o lugar em que se retoma, não sem razão de fazê-lo, com o escudo de origem, o desafio que ele traz, já por Freud saudado: a Escola afirma-se antes de tudo freudiana, pelo que – se há uma verdade que sem dúvida se sustenta numa presença paciente a reiterá-la, mas que, desse efeito, tornou-se consciência como que da área francesa – é que a mensagem freudiana ultrapassa em muito, em sua radicalidade, o uso que dela fazem os praticantes de obediência anglófona.

Mesmo que se estenda a mão, na França como alhures, a uma prática mitigada pela invasão de uma psicoterapia associada às necessidades da higiene mental, é fato que nenhum praticante deixa de mostrar seu incômodo ou sua

aversão, até mesmo derrisão ou horror, à medida que as ocasiões que proporciona a si mesmo de imergir no lugar aberto em que a prática aqui denunciada assume uma forma imperialista – conformismo da meta, barbarismo da doutrina, regressão rematada a um psicologismo puro e simples, tudo isso mal compensado pela promoção de um clericalismo fácil de caricaturar, mas que, em sua compunção, é bem o resto que dá testemunho da formação pela qual a psicanálise não se dissolve naquilo que propaga.

Essa discordância, que a figuremos pela evidência que surge ao interrogarmos se não é verdade que, em nossa época, a psicanálise está em toda parte, e os psicanalistas, em outro lugar.

Pois não é em vão que podemos nos espantar que apenas o nome de Freud, pela esperança de verdade que conduz, tenha condição de afrontar o nome de Marx, suspeita esta não dissipada, embora seja patente que o abismo entre eles impenetrável, e que, na via por Freud entreaberta, poder-se-ia perceber a razão por que fracassa o marxismo em dar conta de um poder cada vez mais desmesurado e mais louco quanto ao político, se ainda não entra em jogo um feito de revigoração de sua contradição.

Que os psicanalistas não estejam em condição de julgar os males em que se banham, mas que aí se sintam falhando, já é o bastante para explicar que respondam a isso com um enquistamento do pensamento. Demissão que abre caminho para uma falsa complacência, portadora, para o beneficiário, dos mesmos efeitos de uma verdadeira: nesse caso, o selo, que eles aviltam, dos termos de que detêm a guarda, em prol da iniciativa que não é de modo algum em si, o mote da economia reinante, mas na qual é cômodo o preparo daqueles que ela emprega, até mesmo nos altos postos – a orientação psicológica e seus diversos ofícios.

Assim, a psicanálise fica por demais à espera, e os psicanalistas fora do prumo, para que se possa desembaraçar o suspense em outro lugar que não o próprio ponto em que eles se desviaram: a saber, na formação de psicanalista.

Não, que a Escola não disponha do que lhe assegura não romper nenhuma continuidade – a saber, de psicanalistas irrepreensíveis, sob qualquer ponto de vista, posto que lhes teria bastado, como aconteceu com o resto dos sujeitos formados por Lacan, que renegassem seu ensino para serem conhecidos por uma certa "Internacional", e que é notório que eles devem apenas a sua escolha e a seu discernimento de terem renunciado a esse reconhecimento.

É a Escola que coloca em questão os princípios de uma habilitação patente e do consentimento daqueles que notoriamente a receberam.

No que ela se verifica mais ainda como freudiana, o termo Escola vindo agora para nosso exame.

Ele deve ser tomado no sentido em que, em tempos antigos, queria dizer certos lugares de refúgio, ou bases de operação contra o que já se podia chamar de mal-estar na civilização.

A nos atermos ao mal-estar da psicanálise, a Escola se presta a oferecer seu campo não somente a um trabalho de crítica: à abertura do fundamento da experiência, ao questionamento do estilo de vida sobre o qual ela desemboca.

Os que se engajam aqui se sentem sólidos o bastante para enunciar o estado manifesto das coisas: que a psicanálise, presentemente, nada tem de mais certo

para fazer valer em seu ativo do que a produção de psicanalistas – ainda que este balanço pareça deixar a desejar.

Não que aí nos abandonemos a alguma auto-acusação. Estamos conscientes de que os resultados da psicanálise, mesmo em estado de verdade duvidosa, fazem uma figura mais digna do que as flutuações da moda e as premissas cegas em que se fiam tantas terapêuticas no domínio em que a medicina não parou de se situar quanto a seus critérios (seriam os da recuperação social isomorfos aos da cura?) e parece até estar recuando quanto à nosografia: referimo-nos à psiquiatria, transformada numa questão para todos.

É até bastante curioso ver como a psicanálise banca aí o pára raios. Como, sem ela, se faria alguém ser levado a sério, ali mesmo onde tira o mérito da oposição a ela? De onde um *status quo* em que o psicanalista pouco se incomoda com a opinião que fazem de sua insuficiência.

A psicanálise se distingue, a princípio, entretanto, , por dar um acesso à idéia de cura em seu domínio, a saber: dar aos sintomas seu sentido, dar lugar ao desejo que eles mascaram, retificar de modo exemplar a apreensão de uma relação privilegiada – ainda que tivesse sido preciso poder ilustrá-lo com distinções estruturais que exigem as formas da doença, reconhecê-las nas relações do ser que demanda e que se identifica com essa demanda e com essa identificação elas mesmas.

Ainda seria preciso que o desejo e a transferência que os animam tivessem provocado os que deles tenham tido a experiência, até lhes tornar intoleráveis os conceitos que perpetuam uma construção do homem e de Deus na qual entendimento e vontade se distinguem de uma pretensa passividade do primeiro modo à arbitrariedade – atividade que ela atribui ao segundo.

A revisão a que conclamam, do pensamento, as conexões com o desejo a que Freud lhe impõe, parece estar fora dos recursos do psicanalista. Sem dúvida, estes são obscurecidos pelas precauções que os fazem curvar-se à fraqueza daqueles que ele socorre.

Há um ponto, no entanto, em que o problema do desejo não pode ser eludido: é quando se trata do próprio psicanalista.

E nada é mais exemplar da pura tagarelice do que a voz corrente a esse respeito: que é aí que se condiciona a segurança de sua intervenção.

Perseguir nos álibis o desconhecimento que aí se protege com documentos falsos exige o encontro do mais válido numa experiência pessoal com aqueles que exigirão que ela seja declarada, tomando-a por um bem comum.

As próprias autoridades científicas são, aí, reféns de um pacto de carência que faz com que já não fique mais de fora o que se pode esperar uma exigência de controle que estaria na ordem do dia em todos os outros lugares.

Isso é da conta tão-somente daqueles que, psicanalistas ou não, interessam-se pela psicanálise em ato.

É para eles que se abre a Escola, para que eles ponham à prova seu interesse, não lhes sendo proibido elaborar sua lógica.

Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola

Antes de lê-la assinalo que convém entendê-la com base na leitura, a ser feita ou refeita, de meu artigo "Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956" (páginas 461-95 de meus Escritos¹)

Vai tratar-se de estruturas asseguradas na psicanálise e de garantir sua efetivação no psicanalista.

Isso é oferecido à nossa Escola, após uma duração suficiente de órgãos esboçados sobre princípios limitativos. Instituímos o novo apenas no funcionamento. É verdade que daí aparece a solução para o problema da Sociedade Psicanalítica. A qual se encontra na distinção entre a hierarquia e o *gradus*. Irei produzir no início deste ano este passo construtivo:

1) produzi-lo – mostrá-lo a vocês;

2) colocá-los em condição de produzir o aparelho, o qual deve reproduzir esse passo nesses dois sentidos.

Lembremos entre nós o existente.

Primeiramente um princípio: o psicanalista só se autoriza por si mesmo. Este princípio está inscrito nos textos originais da Escola e decide sua posição.

Isso não impede que a Escola garanta que um analista dependa de sua formação.

Ela pode fazê-lo, por iniciativa própria.

E o analista pode querer essa garantia, o que, por conseguinte, só pode lançá-lo mais além: tornar-se responsável pelo progresso da Escola, tornar-se psicanalista de sua própria experiência.

Olhando isso por este prisma, reconhece-se que, a partir de agora, é a essas duas formas que correspondem:

I. O AME, ou analista membro da Escola, constituído simplesmente pelo fato de que a Escola o reconhece como psicanalista tendo dado suas provas.

É isso que constitui a garantia proveniente da Escola, distinguida desde o começo. Tal iniciativa compete à Escola, em que só se é admitido na base dentro do projeto de um trabalho e sem consideração para com a proveniência nem as qualificações. No começo, um analista-praticante só é registrado na Escola, nas mesmas condições em que nela se inscrevem o médico, o etnólogo e *tutti quanti*.

¹ Na edição brasileira, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998. (N.E.)

II. O AE, ou analista da Escola, a quem se imputa estar entre aqueles que podem dar testemunho dos problemas cruciais nos pontos nodais em que se encontram no tocante à análise, especialmente na medida em que eles próprios estão investidos na tarefa ou, pelo menos, em vias de resolvê-los.

Esse lugar implica que se queira ocupá-lo: só se pode estar aí por tê-lo demandado de fato, senão formalmente.

Que a Escola possa garantir a relação do analista com a formação que ela dispensa está, portanto, estabelecido.

Ela pode fazê-lo e, desde então, ela o deve.

Aí aparece o defeito, a falta de inventividade para exercer um ofício (ou seja, aquele de que se vangloriam as sociedades existentes), encontrando aí vias diferentes, que evitem os inconvenientes (e os danos) do regime dessas sociedades.

Da idéia de que é necessária a manutenção de um regime semelhante para regular o *gradus*, devem-se salientar os efeitos de mal-estar. Esse mal-estar não basta para justificar a manutenção da idéia. E menos ainda seu retorno prático.

Que existe uma regra do *gradus*, está implicado numa Escola, mais ainda, certamente, do que numa sociedade. Pois numa sociedade, afinal de contas, não há nenhuma necessidade disso, já que uma sociedade só tem interesses científicos.

Mas existe um real em jogo na própria formação do psicanalista. Sabemos que as sociedades existentes fundam-se nesse real.

Partimos também do fato, que tem todas as aparências a seu favor, de que Freud as quis tais como são.

Não menos patente – e concebível, para nós – é o fato de que esse real provoca seu próprio desconhecimento, até mesmo produz sua negação sistemática.

Está claro, portanto, que Freud correu o risco de uma certa estagnação. Talvez mais: que tenha visto nela o único abrigo possível para evitar a extinção da experiência.

Que nos confrontemos com a questão assim formulada não é privilégio meu. É a própria consequência, digamos ao menos para os analistas da Escola, da escolha que eles fizeram pela Escola.

Encontram-se agrupados nela por não terem querido, por meio de uma votação, aceitar o que esta implicaria: a pura e simples sobrevivência de um ensino, o de Lacan.

Qualquer um que seja que continue a dizer que se tratava da formação de analistas, estará mentindo. Pois bastou que se votasse no sentido desejado pela IPA para obter o ingresso nela a todo vapor, faltando apenas receber a ablução, por um breve período de um designo *made in English* (*o French group não será esquecido*). Meus analisados, como se diz, foram até particularmente bem-vindos por lá, e o seriam ainda, caso o resultado pudesse ser o de me fazer calar.

Isso é lembrado todos os dias para quem quiser ouvir.

É, portanto, a um grupo para o qual meu ensino era bastante precioso ou até mesmo tão essencial que cada um, deliberando, marcou preferir sua manutenção à vantagem oferecida – isto sem enxergar adiante, tal como, sem enxergar adiante, interrompi meu seminário em seguida à referida votação – foi a este grupo em dificuldade de encontrar uma saída que ofereci a fundação da Escola.

Por essa escolha decisiva para os que aqui estão, marca-se o valor da aposta (*enjeu*). Pode haver aí uma aposta (*enjeu*) que vale para alguns a ponto de ser-lhes essencial, e este é o meu ensino.

Se o dito ensino é sem rival para eles, ele o é para todos, como provam os que se amontoam aqui, embora sem pagar o preço, suspendendo-se para eles a questão do lucro que lhes é permitido.

Sem rival, aqui, não significa uma avaliação, mas um fato: nenhum ensino fala do que é a psicanálise. Em outros lugares, e de maneira declarada, cuida-se apenas de que ela seja conforme.

Existe solidariedade entre a *pane*, até mesmo entre os desvios que a psicanálise vem mostrando, e a hierarquia que nela reina –, e que designamos, benevolmente não de nos reconhecer, como uma cooptação de doutos.

A razão disso é que tal cooptação promove um retorno a um status de infatuação, conjugando a pregnância narcísica com a astúcia competitiva. Retorno que restaura reforços do relapso, que a psicanálise didática tem por fim liquidar.

É esse o efeito que lança sua sombra sobre a prática da psicanálise – cujo término, objeto e o objetivo mesmo revelam-se inarticuláveis, decorrido pelo menos meio século de experiência ininterrupta.

Remediá-lo, entre nós, é algo que deve ser feito pela constatação da falha que, longe de pensar em encobri-la, eu assinalo.

Mas para colher nessa falha a articulação que falta.

Ela só faz confirmar o que se encontrará em toda parte, e é sabido desde sempre: não basta a evidência de um dever para cumpri-lo. É pelo viés de sua falha que ela pode ser posta em ação, e o é toda vez que se encontra o meio de utilizá-la.

Para introduzi-los nisso, me apoiarei nos dois momentos da junção do que chamarei respectivamente, de psicanálise em extensão, ou seja, tudo o que resume a função de nossa Escola como tornando a psicanálise presente no mundo, e psicanálise em intensão, ou seja, a didática, como não fazendo mais do que preparar operadores para ela.

Esquece-se, com efeito, sua pregnante razão de ser, que é constituir a psicanálise como uma experiência original, por levá-la até o ponto em que figure a sua finitude, e possa permitir o *a posteriori*, efeito de tempo que, como sabemos, lhe é radical.

Essa experiência é essencial para isolá-la da terapêutica, que não distorce a psicanálise somente por relaxar seu rigor.

Observaria eu, com efeito, que não há nenhuma definição possível da terapêutica senão a de restabelecimento de um estado primário. Definição, justamente, impossível de ser colocada na psicanálise.

Quanto ao *primum non nocere*, não falemos nisso, já que ele é instável por não poder ser determinado como *primum* no começo – donde optar por não causar dano! Tentem. É muito fácil, nestas condições, que seja creditado a um tratamento qualquer o fato de que ele não causou dano a algo. Esse traço forçado só tem interesse por decorrer, sem dúvida, de um indecível lógico.

Podemos achar ultrapassados os tempos em que aquilo a que se tratava de não causar dano era a entidade mórbida. Mas o tempo do médico está mais implicado do que se acredita nessa revolução – pelo menos, a exigência, tornada mais precária do que torna médico ou não um ensino. Digressão.

Nossos pontos de junção, onde devem funcionar nossos órgãos de garantia são bem conhecidos: eles são o começo e o fim da psicanálise, como no xadrez. Por sorte, são eles os mais exemplares, por sua estrutura. Sorte esta que deve provir do que chamamos de encontro.

No começo da psicanálise está a transferência. Ela está ali graças àquele que chamaremos, no despontar desta proposição, o psicanalisante². Não temos que dar conta do que a condiciona. Pelo menos aqui. Ela está ali no começo. Mas o que é?

Fico admirado de que ninguém jamais tenha pensado em me objetar, considerando certos termos de minha doutrina, que a transferência, por si só, cria uma objeção à intersubjetividade. Lamento-o, mesmo, pois nada é mais verdadeiro: ela a refuta, é seu obstáculo. Aliás, foi para estabelecer o fundo no qual se pudesse perceber o contrário, que promovi desde o começo, o que implica de intersubjetividade o uso da fala. Esse termo foi, portanto, um modo – um modo como outro qualquer, diria eu, se não se tivesse imposto para mim – de circunscrever o alcance da transferência.

A esse respeito, onde é preciso que se justifique seu lote universitário, há quem se apodere do referido termo, suposto, sem dúvida porque eu o usei, como levitador. Mas quem me lê pode observar a "ressalva" com que ponho em jogo essa referência no que concerne à concepção da psicanálise. Isso faz parte das concessões educativas às quais tive de me submeter em razão do contexto de fabuloso ignorantismo em que tive que proferir meus primeiros seminários.

Pode agora alguém duvidar de que, ao referir-se ao sujeito do *cogito* aquilo que nos revela o inconsciente, de que, ao ter definido a distinção entre o outro imaginário, familiarmente chamado pequeno outro, do lugar de operação da linguagem, postulado como sendo o grande Outro, eu indique suficientemente que nenhum sujeito é suponível por outro sujeito, se este termo tiver que ser tomado pelo lado de Descartes . Que Deus lhe seja necessário, ou antes, a verdade na qual ele o credita, para que o sujeito venha alojar-se sob a mesma capa que veste enganosas sombras humanas - que Hegel, ao retomá-lo, enuncie a impossibilidade da coexistência das consciências, na medida em que se trata do sujeito fadado ao saber –, já não é isso o bastante para apontar a dificuldade, da qual precisamente nosso impasse, o do sujeito do inconsciente, oferece a solução -, quem sabe constituí-la.

É verdade que nisso, Jean-Paul Sartre, sumamente capaz de perceber que a luta de morte não é essa solução, já que não se pode destruir um sujeito, e que também em Hegel, anteposta ao seu nascimento, profere entre quatro paredes [*huis clos*] sua sentença fenomenológica: é o inferno. Mas, como isso é falso, e de maneira que pode ser legitimada pela estrutura – já que o fenômeno mostra bem que o covarde, não sendo louco, pode muito bem se arranjar com o olhar que o fita – essa sentença prova também que o obscurantismo tem sua mesa não apenas nos ágapes da direita.

O sujeito suposto saber é, para nós, o pivô a partir do qual se articula tudo o que se refere à transferência. Cujos efeitos escapam, quando, para apreendê-los, faz-se uma pinça com o desajeitado *pun* que vai da necessidade da repetição à repetição da necessidade.

² O que comumente se chama psicanalisado, por antecipação.

Aqui, o levitante da intersubjetividade mostrará sua finura ao indagar: sujeito suposto por quem, senão por um outro sujeito?

Uma lembrança de Aristóteles, uma pitada das categorias, rogamos, para desenlamear esse sujeito do subjetivo. Um sujeito supõe nada, ele é suposto. Suposto, ensinamos nós, pelo significante que o representa para um outro significante.

Escrevamos como convém o suposto desse sujeito colocando o saber em seu lugar de adjacência da suposição:

$$\frac{S}{s (S^1, S^2, \dots S^n)} \longrightarrow S^q$$

Reconhecemos na primeira linha o significante S da transferência, isto é, de um sujeito, com sua implicação de um significante que diremos qualquer, isto é, que supõe apenas a particularidade no sentido de Aristóteles (sempre bem-vindo) e que, em virtude disso, supõe ainda outras coisas. Se ele é denominável por um nome próprio, não é por que ele se distingue pelo saber, nós o veremos.

Abaixo da barra, porém, reduzida ao palmo supositivo do primeiro significante, o s representa o sujeito que resulta disso, com a implicação entre parênteses do saber, supostamente presente dos significantes no inconsciente, significação esta que faz as vezes do referencial ainda latente nesta relação terceira que o liga ao par significante-significado. Vemos que, embora a psicanálise consista na manutenção de uma situação combinada entre dois parceiros, que se colocam nela como o psicanalisante e o psicanalista, ela só pode desenvolver-se ao preço do constituinte ternário, que é o significante introduzido no discurso que se instaura a partir dele, aquele que tem nome: o sujeito suposto saber, formação não de artifício, mas de inspiração, como destacada do psicanalisante.

Temos de ver o que qualifica o psicanalista para responder a essa situação na qual percebemos não envolver sua pessoa. Não apenas o sujeito suposto saber não é real de fato, mas também não é de forma alguma necessário que o sujeito em atividade na conjuntura, o psicanalisante (o único a falar, a princípio), lhe faça imposição.

Aliás, isso é, tão pouco necessário, que comumente nem é verdade: o que é demonstrado, nos primeiros tempos do discurso, uma forma de se certificar que a roupa não cai bem no psicanalista – garantia contra o temor, se assim posso dizer, de que ele ali produza os seus próprios vincos cedo demais.

O que nos importa aqui é o psicanalista em sua relação, não secundária, mas direta, com o saber do sujeito suposto.

É claro que, do saber suposto, ele nada sabe. O S_q da primeira linha nada tem a fazer com os S encadeados da segunda, e só pode ser encontrado neles por coincidência. Destacamos esse fato para nele reduzir a estranheza da insistência de Freud em nos recomendar a abordar cada novo caso como se não tivéssemos adquirido coisa alguma com suas primeiras decifrações.

Isso não autoriza o psicanalista, de modo algum, a se dar por satisfeito com saber que nada sabe, pois o que se trata é do que ele tem de saber.

O que ele tem de saber pode ser traçado pela mesma relação "em reserva" segundo a qual opera toda a lógica digna desse nome. Isso não quer dizer nada

em "particular", mas isso se articula numa cadeia de letras tão rigorosas que, sob a condição de não omitir nenhuma, o não-sabido ordena-se como o quadro do saber.

O espantoso é que com isso descobrimos algo – os números transfinitos, por exemplo. Que acontecia com eles, *antes*? Aponto aqui a relação deles com o desejo que lhes deu consistência. É útil pensar na aventura de um Cantor, aventura que precisamente não foi gratuita, por sugerir a ordem, não fosse ela transfinita, em que se situa o desejo do psicanalista.

Essa situação dá conta, inversamente, da aparente comodidade com que se instala, nos cargos de direção das sociedades existentes, o que convém realmente chamar de zero à esquerda (*néant*). Entendam-me: o importante não é a maneira pela qual se mobiliam esses zeros à esquerda (discurso sobre a bondade?) para quem está de fora, nem a disciplina que supõe o vazio sustentado no interior (não se trata de burrice), é que esse zero à esquerda (em relação ao saber) é reconhecido por todos – objeto usual, se assim podemos dizer, para os subordinados, e moeda corrente de sua apreciação pelos Superiores.

A razão disso encontra-se na confusão a respeito do zero, onde se fica num campo em que ela não tem vez. Não há ninguém que se preocupe, no *gradus*, em ensinar o que distingue o vazio do nada – o que, no entanto, não é a mesma coisa -, nem o traço referencial para a medida, do elemento neutro implicado no grupo lógico, nem tampouco a nulidade da incompetência, do não-marcado da ingenuidade, de onde muitas coisas assumiriam seu devido lugar.

É para fazer frente a essa falha que produzi o oito interior e, de modo geral, a topologia em que o sujeito se sustenta.

O que deve predispor um membro da Escola a semelhantes estudos é a prevalência, que vocês podem apreender no algoritmo acima produzido, mas que não deixa de persistir pelo fato de ser ignorada, a prevalência, manifesta onde quer que seja – tanto na psicanálise em extensão, como na psicanálise em intensão -, daquilo que chamarei de saber textual, para opô-lo à noção referencial que a mascara.

Em todos os objetos que a linguagem propõe não apenas ao saber, mas que inicialmente coloca ao mundo da realidade, da realidade da exploração inter-humana, não se pode dizer que o psicanalista seja perito. Não seria mau, mas, na verdade, é muito pouco.

O saber textual não era parasita por ter animado uma lógica na qual a nossa retira algumas lições para sua surpresa (refiro-me à da Idade Média), e não foi às suas custas que ela soube fazer frente à relação do sujeito com a Revelação.

Não é pelo fato de seu valor religioso ter se tornado indiferente para nós que seu efeito na estrutura deve ser negligenciado. A psicanálise tem consistência pelos textos de Freud, este é um fato irrefutável. De Shakespeare a Lewis Carroll, nós sabemos em que os textos contribuem para seu gênio e para seus praticantes.

É este o campo em que se discerne quem o admitir em seu estudo. É dele que o sofista e o talmudista, o propagador de contos e o aedo tiraram a força que, a cada instante, mais ou menos desajeitadamente, recuperamos para o nosso uso.

Que um Lévi-Strauss, em suas mitológicas, lhe dê seu estatuto científico, é bom para nos facilitar fazer dele um limiar para nossa seleção.

Recordemos o guia fornecido por meu grafo à análise e à articulação do desejo que dele se isola nas instâncias do sujeito.

Isto para salientar a identidade entre o algoritmo, aqui precisado com o que é conotado em *O banquete* como o *αγαλμα*.

Onde está melhor dito senão no que faz Alcibíades, que as emboscadas do amor da transferência não têm por fim senão obter aquilo cujo continente [*contenant*] ingrato ele pensa ser Sócrates?

Mas, quem sabe melhor do que Sócrates que ele só detém a significação que engendra por reter esse nada, o que lhe permite remeter Alcibíades ao destinatário presente de seu discurso, Agatão (como que por acaso)? Isto é para ensinar-lhes que, ao se obcecarem com o que lhes concerne no discurso do psicanalisante, vocês ainda não chegaram lá.

Mas, será que isso é tudo? quando aqui o psicanalisante é idêntico ao *αγαλμα*, a maravilha a nos deslumbrar, a nós terceiros, como Alcibíades? Não será esta uma ocasião de vermos isolar-se ali o puro viés do sujeito como relação livre com o significante, aquela pela qual se isola o desejo do saber como desejo do Outro?

Como todos os casos particulares que fazem o milagre grego, este só nos apresenta fechada a caixa de Pandora. Aberta, ela é a psicanálise, da qual Alcibíades não tinha necessidade.

Com o que chamei de fim de partida, chegamos – enfim – ao osso de nossa proposição desta noite. O término da psicanálise dita superfluamente didática é a passagem, com efeito, do psicanalisante ao psicanalista.

Nosso objetivo é formular uma equação cuja constante é o *αγαλμα*.

O desejo do psicanalista é sua enunciação, a qual só saberá operar caso venha ali na posição do *x*:

desse mesmo *x* cuja solução entrega ao psicanalisante seu ser e cujo valor tem notação ($-\varphi$), hiância que designamos como a função do falo a ser isolada no complexo de castração, ou (*a*), por aquilo que a obtura com o objeto que reconhecemos sob a função aproximada da relação pré-genital. (É ela que o caso de Alcibíades mostra anular – o que conota a mutilação dos Hermes.)

A estrutura, assim abreviada, permite-lhes fazer uma idéia do que se passa ao termo da relação da transferência, ou seja, quando estando resolvido o desejo que sustentou em sua operação o psicanalisante, ele não tem mais vontade, no fim, de suspender sua opção, isto é, o resto que, como determinante de sua divisão, o faz decair de sua fantasia e o destitui como sujeito.

Não seria esse o grande *motus* que convém guardarmos entre nós, que dele tiramos, como psicanalistas, nossa suficiência, enquanto a beatitude se oferece para além do esquecê-lo nós mesmos?

Não iríamos, ao anunciá-lo, desencorajar os amadores? A destituição subjetiva inscrita no bilhete de ingresso... não seria isso provocar o horror, a indignação, o pânico ou até o atentado, em todo caso dar o pretexto para a objeção de princípio?

Somente fazer uma interdição daquilo que se impõe de nosso ser equivale a nos oferecermos a uma reviravolta do destino que é a maldição. O que é recusado no simbólico, recordemos o veredicto lacaniano, reaparece no real.

No real da ciência que destitui o sujeito de modo bem diferente em nossa época quando apenas seus partidários mais eminentes, como um Oppenheimer, se inquietam com isso.

Eis onde nos demitimos daquilo que nos faz responsáveis, ou seja, da posição em que fixei a psicanálise em sua relação com a ciência, a de extrair a verdade que lhe corresponde em termos cujo resto de voz nos é alocado.

Com que pretexto abrigamos essa recusa, quando bem se sabe qual despreocupação protege verdade e sujeitos, todos juntos, e se sabe que, ao prometer aos segundos a primeira, isso não é quente nem frio àqueles que já estão próximos dela? Falar de destituição subjetiva jamais deterá o inocente, que não tem outra lei senão seu desejo.

Só temos escolha entre enfrentar a verdade ou ridicularizar nosso saber.

Essa sombra espessa que encobre a junção de que me ocupo aqui, aquela em que o psicanalisante passa a psicanalista, é ela que nossa Escola pode empenhar-se em dissipar.

Não estou mais longe do que vocês nesta obra que não pode ser conduzida sozinho, já que a psicanálise constitui o acesso a ela.

Devo contentar-me aqui com um ou dois *flashes* a precedê-la.

Na origem da psicanálise, como não recordar aquilo que, entre nós, o fez enfim Mannoni? – que o psicanalista é Fliess, isto é, medicastro, o titilador de narizes, o homem a quem se revelou o princípio masculino e feminino nos números 21 e 28, gostem vocês ou não, em suma, aquele saber que o psicanalisante – Freud, o cientista, como se exprime a boquinha das almas abertas ao ecumenismo – rejeitava com toda força o juramento que o ligava ao programa de Helmholtz e seus cúmplices.

Que esse artigo tenha sido dado a uma revista que mal permitiu que o termo "sujeito suposto saber" aparecesse nela, a não ser perdida no meio de uma página, em nada tira o valor que ele pode ter para nós.

Ao nos relembrar a "análise original", ele nos recoloca ao passo da dimensão de miragem em que se assenta a posição do psicanalista, e nos sugere que não está seguro que ela seja reduzida enquanto uma crítica científica não tiver sido estabelecida em nossa disciplina.

O título presta-se ao comentário de que a verdadeira original só pode ser a segunda, por constituir a repetição que da primeira faz um ato, pois é ela que introduz o *a posteriori* próprio do tempo lógico, que se marca pelo fato de que o psicanalisante passou a psicanalista. (Quero dizer o próprio Freud, que com isso sanciona não ter feito uma auto-análise).

Permito-me ainda lembrar a Mannoni que a escansão do tempo lógico inclui o que chamei de momento de compreender, justamente pelo efeito produzido (que ele retome meu sofisma) pela não compreensão, e que por eludir por fim o que faz a alma de seu artigo, ele nos ajuda a compreender de esguelha.

Recordo aqui que o qualquer um que recrutamos com base em "compreender seus doentes" engaja-se a partir de um mal-entendido que não é sadio como tal.

Agora um flash de onde estamos. Com o fim da análise hipomaníaca, descrita

por nosso Balint como a última moda, é o caso de dizê-lo, da identificação do psicanalisante com seu guia, estamos tocando na conseqüência da recusa anteriormente denunciada (recusa suspeita, *Verleugnung?*), que só deixa o refúgio da palavra de ordem agora adotada nas sociedades existentes, da aliança com a parte sadia do eu [*moi*], a qual resolve a passagem ao analista pela postulação, nele, dessa parte sadia, desde o começo. De que serve, portanto, sua passagem pela experiência?

Tal é a posição das sociedades existentes. Ela rejeita nossa proposição num além da psicanálise.

A passagem de psicanalisante a psicanalista tem uma porta cujo resto que faz a sua divisão é a dobradiça, porque essa divisão não é outra senão a do sujeito, da qual esse resto é a causa.

Nessa reviravolta em que o sujeito vê naufragar a segurança que tirava da fantasia em que se constitui, para cada um, sua janela para o real, o que se percebe é que a apreensão do desejo não é outra senão a de um des-ser.

Nesse des-ser desvela-se o inessencial do sujeito suposto saber, donde o futuro psicanalista entrega-se ao *αγαλμα* da essência do desejo, disposto a pagar por isso em se reduzindo, ele e seu nome, ao significante qualquer.

Pois ele rejeitou o ser que não sabia a causa de sua fantasia no exato momento em que, finalmente, esse saber suposto, ele passa a sê-lo.

"Que ele saiba de que eu não sabia do ser do desejo, o que sucede com ele, ao ter vindo ao ser desde o saber, e que se dissolve ." *Sicut palea*, como diz Tomás sobre sua obra no fim da vida – como estrume.

Assim, o ser do desejo une-se ao ser do saber para renascer, no que eles se enlaçam, numa tira feita da borda única em que se inscreve uma única falta, aquela que sustenta o *αγαλμα*.

A paz não vem selar prontamente essa metamorfose em que o parceiro esvai-se, por não ser mais do que o saber vão de um ser que se furta.

Tocamos aí na futilidade do termo liquidação com respeito a este furo, onde somente se resolve a transferência. Só vejo nisso, ao contrário das aparências, a denegação do desejo do analista.

Pois quem, ao avistar os dois parceiros jogarem com as duas pás de uma tela que gira em minhas últimas linhas, não pode captar que a transferência nunca foi senão o pivô dessa própria alternância.

Assim, daquele que recebeu a chave do mundo na fenda da impúbere, o psicanalista não mais tem que esperar um olhar, mas se vê tornar-se uma voz.

E esse outro que, criança, encontrou seu representante representativo em sua irrupção através do jornal aberto em que se abrigava o campo de adubação dos pensamentos de seu genitor, devolve ao psicanalista o efeito de angústia em que ele oscila em sua própria dejeção.

Assim, o fim da psicanálise guarda em si uma ingenuidade sobre a qual se coloca a questão de saber se ela deve ser tida como garantia na passagem para o desejo de ser psicanalista.

Donde se poderia esperar, portanto, um testemunho correto sobre aquele que transpõe esse passe senão de um outro que, como ele, o é ainda, esse passe, a saber, em que está presente nesse momento o des-ser em que seu psicanalista

guarda a essência daquilo que lhe é passado como um luto, sabendo com isso, como qualquer outro na função de didata, que também para eles isso passará?

Quem poderia melhor do que esse psicanalista no passe, aí autenticar o que ele tem da posição depressiva? Não ventilamos aí nada que se pudesse dar ares, se não estiver no ponto.

É o que lhes proporei, dentro em pouco, como o ofício a ser confiado, no tocante à demanda do tornar-se analista da Escola, a alguns a quem denominaremos passadores.

Eles terão, cada um deles, sido escolhidos por um analista da Escola, aquele que pode responder pelo fato de que estejam nesse passe ou que a ele tenham retornado, em suma, ainda estando ligados ao desenlace de sua experiência pessoal.

É com eles que um psicanalista, para se fazer autorizar como analista da Escola, falará de sua análise, e o testemunho que eles saberão colher pelo vivo de seu próprio passado será daqueles que nenhum júri de habilitação jamais recolhe. A decisão de tal júri seria, portanto, esclarecida por isso, essas testemunhas não sendo, é claro, juízes.

Inútil indicar que essa proposição implica numa acumulação da experiência, sua coleta e sua elaboração, uma seriação de sua variedade e uma notação de seus graus.

Que possa surgir das liberdades do encerramento de uma experiência, é isso que decorre da natureza do *a posteriori* [*après-coup*] na significância.

De qualquer modo, essa experiência não pode ser eludida. Seus resultados devem ser comunicados: primeiro à Escola, para as críticas, e, correlativamente, colocados ao alcance das sociedades que, por mais que nos tenham tornado excluídos, nem por isso deixam de ser assunto nosso.

O júri em funcionamento não pode, portanto, abster-se de um trabalho de doutrina, para além de seu funcionamento como selecionador.

Antes de lhes propor uma forma, quero indicar que, conforme a topologia do plano projetivo, é no próprio horizonte da psicanálise em extensão que se ata o círculo interior que traçamos como hiância da psicanálise em intensão.

Esse horizonte, eu gostaria de centrá-lo em três pontos de fuga em perspectiva, notáveis por pertencerem, cada um deles, a um dos registros cuja colusão na heterotopia constitui nossa experiência.

No simbólico temos o mito edípico.

Observemos, em relação ao cerne da experiência no qual acabamos de insistir, o que chamarei tecnicamente de facticidade desse ponto. Ele decorre, com efeito, de uma mitogênese, um de cujos componentes sabemos ser a redistribuição. Ora, Édipo, por lhe ser ectópico (caráter apontado por Kroeber), levanta um problema.

Abri-lo permitiria restaurar ou mesmo relativizar sua radicalidade na experiência.

Eu gostaria de iluminar um ponto essencial simplesmente com o seguinte: retire-se o Édipo, e a psicanálise em extensão, diria eu, torna-se inteiramente da alçada do presidente Schreber.

Verifiquem a correspondência ponto a ponto, certamente não atenuada desde que Freud a assinalou, não declinando de sua imputação. Mas deixemos o que ofereceu meu seminário sobre Schreber para os que puderam ouvi-lo.

Há outros aspectos desse ponto relativos a nossas relações com o exterior, ou, mais exatamente, a nossa extraterritorialidade – termo essencial no *Escrito* que tomei por prefácio dessa proposição.

Observemos o lugar que tem a ideologia edipiana para como que dispensar em alguma medida a sociologia, há um século, de tomar partido, como ela tivera que fazer antes, quanto ao valor da família, da família existente, da família pequeno-burguesa na civilização – ou seja, na sociedade veiculada pela ciência. Beneficiamo-nos ou não do que cobrimos com isso, sem que soubéssemos?

O segundo ponto constitui-se pelo tipo existente, do qual a facticidade dessa vez é evidente, da unidade: sociedade de psicanálise, como encabeçada por um executivo de escala internacional.

Como dissemos, Freud assim o quis, e o sorriso constrangido com que desautorizou o romantismo da espécie Komintern clandestino a que inicialmente dera sua carta branca (cf. Jones, citado em meu *Escrito*) só faz sublinhá-lo melhor.

A natureza dessas sociedades e o modo sobre o qual elas obtemperam se esclarecem pela promoção por Freud da Igreja e do Exército como modelos do que ele concebe como a estrutura do grupo. (É por esse termo, de fato, que hoje se deveria traduzir o *Masse* de sua *Massenpsychologie*)

O efeito induzido pela estrutura assim privilegiada também se esclarece ao se lhe acrescentar a função, na Igreja e no Exército, do sujeito suposto saber. Estudo para quem quiser empreendê-lo: ele iria longe.

A nos atermos ao modelo freudiano, aparece de maneira flagrante o favorecimento que dele recebem as identificações imaginárias e, ao mesmo tempo, a razão que submete a psicanálise em intensão a limitar a elas sua consideração, ou até seu alcance.

Um de meus melhores alunos transpôs muito bem seu traçado para o próprio Édipo, definindo a função do Pai Ideal.

Essa tendência, como se costuma dizer, é responsável pela relegação ao ponto do horizonte anteriormente definido aquilo que é qualificável de edipiano na experiência.

A terceira facticidade, real, bastante real, tão real que o real é mais pudico ao promovê-la do que a língua, é o que torna dizível o termo campo de concentração, sobre o qual nos parece que nossos pensadores, ao vagar do humanismo ao terror, não se concentraram o bastante.

Abreviemos dizendo que o que vimos emergir deles, para nosso horror, representou a reação de precursores em relação ao que irá se desenvolvendo como consequência do remanejamento dos grupos sociais pela ciência, e, nominalmente, da universalização que ela ali introduz.

Nosso futuro de mercados comuns encontrará seu equilíbrio numa ampliação cada vez mais dura dos processos de segregação.

Caberia atribuir a Freud ter querido, considerando sua introdução de nascença no modelo secular desse processo, assegurar a seu grupo o privilégio

de insubmersibilidade universal de que se beneficiam as duas instituições denominadas? Não é impensável.

Como quer que seja, esse recurso não torna mais cômodo para o desejo do psicanalista situar-se nessa conjuntura.

Recordemos que, se a IPA da Mittleleuropa demonstrou sua préadaptação a essa provação não perdendo nos ditos campos um só de seus membros, ela deveu a esse esforço supremo ver produzir-se, após a guerra, uma corrida, que não deixou de ter sua parcela de incompetentes (cem psicanalistas medíocres, lembremo-nos), de candidatos em cujo espírito o motivo de encontrar refúgio para a maré vermelha, fantasia de então, não estava ausente.

Que a "coexistência", que bem poderia, também ela, se esclarecer por uma transferência, não nos faça esquecer um fenômeno que é uma de nossas coordenadas geográficas, caberia dizer, e cujo alcance é mais mascarado pelas tagarelices sobre o racismo.

O final deste documento precisa o modo como poderia ser introduzido aquilo que só tende, ao inaugurar uma experiência, a tornar enfim verdadeiras as garantias buscadas.

Deixamo-las indivisas nas mãos daqueles que as têm por direito adquirido.

Não nos esqueçamos, no entanto, de que eles não são os que mais padeceram com as provações impostas pelo debate com a organização existente. O que devem o estilo e os fins desta organização ao *black-out* que incidiu sobre a função da psicanálise didática é evidente, desde que um olhar sobre eles seja permitido: de onde o isolamento do qual ela se protege de si mesma.

As objeções que encontraram nossa proposição não decorrem, em nossa Escola, de um temor tão orgânico.

O fato de que elas tenham se exprimido sobre um tema motivado, já mobiliza a autocrítica. O controle das capacidades não é mais inefável, por requerer mais títulos mais justos.

É com uma tal provação que a autoridade se faz reconhecer.

Que o público dos técnicos saiba que não se trata de contestá-la, mas de extraí-la da ficção.

A Escola Freudiana não pode cair *no tough* sem humor de um psicanalista que encontrei em minha última viagem aos EUA: "A razão por que jamais atacarei as formas instituídas", disse-me ele, "é que elas me asseguram sem problemas uma rotina que constitui meu conforto".

Discurso à Escola Freudiana de Paris 6 de dezembro de 1967

A imissão, feito meu, de fato desde o ano passado, da função do ato na rede (qualquer que tenha sido o uso desse termo feito por certas opiniões, por sua vez, expressas, no texto, digamos, com que se tece meu discurso, a imissão do ato era a pré-condição para que minha proposição, dita de 9 de outubro, fosse divulgada. Será ela ato? É o que depende de suas conseqüências, desde as primeiras a se produzirem.

O círculo aqui presente, por ter recebido dela não somente o endereçamento, mas o aval foi escolhido por mim na Escola, por nela constituir duas classes. Isso deveria querer dizer que aqui nos sentimos mais iguais que alhures e, nisso mesmo, eliminar um *handicap* prático.

Respeitei a aproximação da seleção da qual saíram os A.E.s e os AMEs, tais como foram inscritos no anuário de 1965, o mesmo sobre o qual se interroga se ele deve permanecer como o produto maior da Escola.

Respeitei, não sem razão, o que merecia a experiência de cada um, enquanto avaliada pelos outros. Uma vez operada essa seleção, toda resposta de classe implica a igualdade suposta, a equivalência mútua, toda resposta cortês, é claro.

Inútil, pois, que qualquer um que seja, por se acreditar líder nos ensurdeça com direitos adquiridos por sua "escuta", com virtudes de sua "supervisão" e com seu gosto pela clínica, nem que exhiba o ar afetado) daquele que sabe algo a mais do que qualquer um de sua classe.

A Sra. X e a Sra. Y merecem, por essas alegações, tanto quanto os Srs. P. e V.

Podemos admitir, contudo, que, visto o modo segundo o qual sempre se operou a seleção nas sociedades de psicanálise, até mesmo aquele pelo qual nós mesmos fomos selecionados, uma estruturação mais analítica da experiência prevalece em algumas.

Mas como se distribui essa estruturação que ninguém, que eu saiba, pode pretender, exceto o personagem que representou a medicina francesa junto à Direção da Internacional psicanalítica, que seja um dado (ele próprio diz que é um dom!), – eis o primeiro ponto sobre o qual se interrogar. O segundo ponto torna-se, então, produzir classes tais que não apenas ratifiquem essa distribuição, mas que, ao servir para produzi-la, reproduzam-na.

Eis os tempos que mereceriam subsistir nessa produção mesma, senão a questão da qualificação analítica pode ser levantada por onde se quiser: e não mais no tocante à nossa Escola, como nos persuadiriam aqueles que a querem tão propícia ao seu comando que têm o seu modelo em outro lugar.

Por desejável que seja dispor de uma superfície (que bom seria abalar desde o interior), ela só tem o alcance de intimidar, não de ordenar.

O impróprio não é que um qualquer se atribua a superioridade, até mesmo o sublime da escuta, nem que o grupo se garanta com base em suas margens terapêuticas, mas que ênfase e prudência tenham função de organização.

Como esperar fazer reconhecer um estatuto legal de uma experiência da qual não se sabe nem mesmo responder?

Não posso fazer melhor para honrar os *non licet* que colhi do que introduzir a elusão tomada por um viés gozado, a partir deste "ser o único" mediante o qual há quem se atribua o mérito de saudar a mais comum das ênfases na medicina, nem mesmo para recobri-lo com o "ser sozinho" que, para o psicanalista, é justamente o passo com que entra em seu ofício a cada manhã, o que já seria abusivo, mas para, desse ser o único, justificar a miragem que faz dela o capelo dessa solidão.

Assim funciona o i(a) pelo qual se imaginam o eu e seu narcisismo, a servir de casula para o objeto a que, do sujeito, faz a miséria. Isso porque o (a), causa do desejo, por estar à mercê do Outro, (angústia eventual, portanto), veste-se contrafobicamente com a autonomia do eu, como o faz o bernardo-eremita com uma carapaça qualquer.

Faz-se, então, artifício deliberado de um *organon* denunciado, e eu me pergunto qual fraqueza pode inspirar uma homilia tão pouco digna do que está em jogo. O *ad hominem* situa-se aí por me fazer entender que me protegem dos outros, ao lhes mostrar que são iguais a mim, o que permite fazer valer que me protegem de mim mesmo.

Mas, se de fato, estive só para fundar a Escola tal como ao enunciar o seu ato, eu disse com audácia – "tão só como sempre estive em minha relação com a causa psicanalítica" – ter-me-ei acreditado o único? Eu já não o era desde o momento mesmo em que um só me seguisse o passo, não por acaso aquele cujas disposições atuais interrogo. Com todos vocês naquilo que faço sozinho, haveria eu de me pretender estar isolado?

Por ser dado sozinho, o que tem esse passo a ver com o ser o único, que se acredita ser ao segui-lo? Não me fiei eu na experiência analítica, isto é, naquilo que me chega de quem com ela se desembaraçou sozinho? Acreditasse eu ser o único a tê-la; então, para quem falaria? Antes, é por ter a boca cheia da escuta, a única sendo a sua, o que vez por outra serviria de mordança.

Não existe homossemia entre o único [*le seul*] e só [*seul*].

Minha solidão foi justamente aquilo a que renunciei ao fundar a Escola. E que tem ela a ver com aquela em que se sustenta o ato psicanalítico, senão poder dispor de sua relação com esse ato?

Pois se, esta semana, ao voltar a sustentar meu seminário, enunciei sem mais tardar o ato psicanalítico e os três termos que o interrogam sobre seu fim: visada ideal, encerramento, aporia de seu relato, – acaso não é notável que, das eminências que me recusam aqui a sua consequência, justamente aquelas cujo hábito, (hábito dos outros), é serem vistas, não tenha vindo nenhuma? Afinal, se minha proposição lhes gera paixão a ponto de reduzi-las ao murmúrio, não poderiam elas esperar de uma articulação patente que esta lhes oferecesse pontos a refutar?

Mas é justamente por não estar eu sozinho ao me inquietar com esse ato que alguns se furtam àquele que é o único a correr o risco de falar dele.

O que obtive por uma sondagem confirma que se trata de um sintoma, tão psicanaliticamente determinado quanto exige seu contexto, e que é um ato falho, se o que o constitui é excluir o próprio relatório¹.

Veremos se isso é jeito de levar alguma vantagem ao pavonear-se, nem que seja devolvendo-me a pergunta: se, por não comparecer ali, a resposta ficou óbvia. Não querem dar caução ao ato. Porém o ato não depende da audiência encontrada para a tese, mas daquilo que em sua proposição, a todos, resta legível na parede, sem que nada se enuncie em contrário.

Donde vocês foram aqui solicitados a responder a isso, e sem demora. Tomar-se-á essa pressa por um vício de forma? Não teria eu dito aquilo que se esquece da função lógica da pressa?

Ela vem da necessidade de um certo número de efetuações que se operam com o número de participantes para que uma conclusão seja recebida, mas não por conta desse número, pois tal conclusão depende, em sua própria verdade, dos fiascos que constituem essas efetuações como tempo.

Apliquem minha história dos prisioneiros libertos, postos à prova de justificarem as marcas que traziam (branca ou preta) para ganharem a liberdade: é justamente por que alguns sabem que vocês não sairão, não importa o que eles digam, que podem fazer com que suas saídas sejam uma ameaça, seja qual for a opinião de vocês. O inaudito – quem haveria de acreditar, a não ser ouvindo-o gravado em fita? – é que minha operação é identificada pela fantasia sadiana que duas pessoas consideram patente em minha proposição. "Rompeu-se a postura", diz uma delas, mas isso é de construção. A outra vem com a clínica.

No entanto, onde estaria o prejuízo, se ele não vai mais longe do que o sofrido pelo nebuloso personagem da história que, havendo encontrado, das barras de uma grade tateada passo a passo, uma inicialmente marcada, concluiu: "Safados, eles me trancafiaram"! Era a grade do Obelisco, e ele tinha para si a praça da Concórdia.

Onde está o dentro, onde está o fora? – os prisioneiros, na saída, não os do meu apólogo, formulam-se essa pergunta, ao que parece.

Eu proponho àquele que, sob o efeito de uma névoa igualmente filosófica (antes de minha proposição), confidenciou-me (talvez apenas sonhasse diante de mim) a fama que ganharia, em nosso mundinho, por dar a saber que me havia deixado, caso sua vontade o levasse a tal.

Saiba ele que, nesta provação, saboreio demais esse abandono para pensar nele quando deploro ter tão pouca gente a quem comunicar as alegrias que me sucedem.

Não vá alguém acreditar que também eu me deixo levar. Simplesmente, me descolo o bastante de minha proposição para que se saiba que me diverte que sua sutileza escape, quando deveria reduzir a tensão, mesmo não sendo sutil o que está em jogo. Só tenho comigo, decididamente, Suficiências carentes, carentes de humor, pelo menos.

¹ Assim, ninguém tem qualquer intenção de não vir aqui: é somente por terem, neste horário, consulta com o dentista.

² Isto foi saltado quando da resposta, donde os colchetes em que o enquadro; indico aí a estrutura daquilo que ninguém ainda percebeu...

[Quem verá, então, que minha proposição é formada a partir do modelo do chiste, do papel da *dritte Person*?²] Pois está claro que, se todo ato é apenas uma figura mais ou menos completa do ato psicanalítico, não há quem domine este último. A proposição não é um ato em segundo grau, mas nada além do que o ato psicanalítico, que hesita, por já estar em curso.

Sempre ponho balizas para que se situem em meu discurso. No limiar deste ano, reluz aquela que se homologa por não haver Outro do Outro (de fato), nem verdadeiro sobre o verdadeiro (de direito): também não existe ato do ato, na verdade, impensável.

Minha proposição reside neste ponto do ato, pelo qual se revela que ele nunca tem tanto sucesso como ao falhar, o que não implica que o erro seja seu equivalente, ou, dito de outra maneira, possa ser tido como um sucesso.

Minha proposição não ignora que o discernimento que ela invoca, implica, dessa não-reversibilidade, a captura como dimensão: [outra escansão do tempo lógico, o momento de falhar só tem sucesso no ato se o instante de passar a ele não for uma passagem ao ato, por parecer seguir o tempo para compreendê-lo³].

Bem se vê, pelo acolhimento que ela recebeu, que eu não pensei nesse tempo. Apenas refleti que ela deveria encetá-lo.

Que ela ataque o ato psicanalítico pelo viés com que ele se institui no agente, apenas o deixa escapar para aqueles que fazem com que a instituição seja o agente do dito ato, isto é, que separam o ato instituinte do psicanalista do ato psicanalítico.

O que é um tipo de fracasso que em parte alguma é bem-sucedido.

Já o instituinte só se abstrai do ato analítico quando produz nele uma falta, justamente por ter conseguido pôr o sujeito em causa. É pelo que tem de fracasso, portanto, que o sucesso chega ao caminho do psicanalisante, quando é o a posteriori do desejo do psicanalista e das aporias que ele demonstra.

Essas aporias são as que illustrei há pouco com uma brincadeira mais atual do que parecia, uma vez que a nebulosidade do herói permite que se ria ao escutá-lo, mas só por surpreendê-lo com o rigor da topologia construída com sua névoa.

Assim o desejo do psicanalista é o lugar de onde se está fora sem nele pensar, mas no qual encontrar-se é ter saído para valer, ou seja, não ter tomado essa saída senão como entrada, e não uma qualquer, já que é a via do psicanalisante. Não deixemos passar que descrever esse lugar num percurso de infinitivos diz o inarticulável do desejo, desejo, no entanto, articulado a partir do "sem saída/ sentido extraído"⁴ desses infinitivos, – ou seja, o impossível com que me basto neste desvio.

Eis onde uma supervisão não seria demais, mesmo se é necessário mais do que isso para nos ditar a proposição.

É diferente de supervisionar um "caso": um sujeito (assinalo) ultrapassado por seu ato, o que não é nada, mas que se ultrapassa seu ato, cria a incapacidade que vemos cobrir de flores o canteiro dos psicanalistas: [que se manifestará diante do assédio do obsessivo, por exemplo, cedendo a sua demanda de falo, interpretando-a em termos de coprofagia e, assim, fixando-a em sua caganeira, para que enfim não se atenda a seu desejo⁵].

³ Mesma observação de há pouco.

⁴ "Sens-issue" quer dizer o *sentido extraído*, tirado, deduzido mas se lê como "sans issue": *sem saída/ impasse NDT*

⁵ Mesma observação de antes. Acrescentamos que isso é motivo para dar outro peso à rede de que se tratava neste debate.

A que tem que responder o desejo do psicanalista? A uma necessidade que só podemos teorizar como devendo produzir o desejo do sujeito como desejo do Outro, ou seja, fazer-se causa desse desejo. Mas, para satisfazer essa necessidade, o psicanalista tem que ser tomado tal como é no fato, o que não lhe permite sair-se bem em todos os casos da demanda, como acabamos de ilustrar.

A correção do desejo do psicanalista, pelo que se diz permanece disposta para uma retomada do bastão do psicanalisante. Sabemos que isso são palavras ao vento. Digo que assim continuarão enquanto as necessidades não forem julgadas a partir do ato psicanalítico.

É justamente por isso que minha proposição consiste em interessar-se pelo passe onde o ato poderia ser apreendido no momento em que se produz.

Não, é claro, por recolocar alguém na berlinda uma vez passado esse tempo: quem poderia temê-lo? Mas houve quem sentisse atacado o prestígio do galão. Isso permite avaliar a potência da fantasia de onde surgiram da última vez, fresquinhos para vocês, os primeiros saltos que lançaram a instituição chamada internacional, antes que ela transformasse a consolidação.

Isso, para sermos justos, mostra nossa Escola não em tão mau caminho ao consentir naquilo que alguns querem reduzir à gratuidade dos aforismos, quando se trata dos meus. Se eles não fossem efetivos, eu não teria conseguido desencavar com uma ordenação alfabética a posição de estátua que constitui a regra quando se responde a qualquer apelo à opinião num convento analítico, ou que nele faz do debate científico uma patuscada, e não se descontraí por nenhuma provação.

Daí, por contraste, esse estilo de ataque, destratando o outro, que assumem as intervenções, e o alvo em que delas se convertem aqueles que se arriscam a contrariá-las. Costumes tão desagradáveis para o trabalho quanto repreensíveis em relação à idéia, por mais simplista que se a queira, de uma comunidade de Escola.

Se aderir a esta quer dizer alguma coisa, não será para que se acrescente à cortesia, que afirmei ligar mais estritamente as classes, a confraternidade em toda prática em que elas se unem..

Ora, era sensível que o ato psicanalítico, ao solicitar a opinião aos mais sábios, viesse a traduzir-se numa nota de acerbo mau humor, para que o tom se elevasse à medida que a escusa inevitavelmente fosse desaparecendo.

Pois se, ao ouvi-los, é notório que mais fundo se quer entrar antes que querer sair, como, salvo se for ultrapassado, não se fiar em sua estrutura?

Para tanto, bastaria, penso eu, uma rede mais séria para circunscrevê-la. Vejam como faço questão dessas palavras que querem me imputar maldosas⁶.

Aposto que eles me favorecerão, se eu lhes conservar meus favores.

Não estou falando do reviramento que prometem a meus aforismos. Eu julgava essa palavra destinada a levar mais longe o espírito daquele que não hesita em rebaixar assim seu emprego.

Enquanto isso, foi justamente por admitir a garantia que ela credita dever à sua rede, tomada no sentido de seus pupilos a título de didática, que, de pronto e ao voltar formalmente ao assunto, alguém a quem renderemos homenagem pelo lugar que ela soube assumir no meio psiquiátrico em nome da Escola declarou ter de se

⁶ (Ver algumas linhas abaixo)

opor a qualquer conseqüência resultante de minha proposição. A argumentação que se seguiu foi uma tomada de partido que saiu dali: com base em que ela considera decidido que a didática não poderá deixar de ser afetada? Sim, mas por que no pior sentido? Ainda não sabemos nada a esse respeito.

Não vejo nenhum inconveniente em que a coisa que, da rede, se intitula como o patronato do didata para sua claqué, quando esta se compraz com isso, seja proposta à atenção por menos que uma suspeita de razão prometa um sucesso; mas consultem sua denúncia corajosa no *International Journal*, isso lhes dirá muito sobre o que pode provir dessa coragem.

Precisamente, parecia-me que minha proposição não denunciava a rede, mas, em sua mais minuciosa disposição, interpunha-se a ela. Donde me espanta menos ver que haja quem se alarme com a tentação que ela oferece aos virtuosos da contra-rede. O que me barrava essa visão? Sem dúvida era eu me recusar a me surpreender com o fato de que minha rede não me estrangulasse.

Devo deter-me a discutir uma expressão como a "transferência plena" em seu uso buliçoso. Ela me faz rir porque cada um sabe que o golpe baixo mais usual é sempre dar mostras da própria capacidade num campo onde os interesses não são mais comedidos do que alhures.

Mesmo não estando por dentro, fica-se impressionado ao perceber, em um dado libelo para formar opinião e difundido previamente, que minha rede seria mais perigosa do que as outras por tecer sua teia – está escrito com todas as letras – da rua de Lille à rua d'Ulm⁷. E daí?

Não creio no mau gosto de uma alusão à minha rede familiar. Falemos de meu naco d'Oulm (isso lembra Lewis Carroll) e de seus *Cahiers pour l'Analyse*.

Será que proponho instalar meu naco d'Oulm no seio dos A Es? E por que não, se porventura um naco d'Oulm se fizesse analisar? Mas, tomada nesse sentido, minha rede, afirmo, não tem ninguém que tenha entrado nessas fileiras ou esteja aguardando para ser admitido.

Mas a rede de que se trata é para mim de outra trama, por representar a expansão do ato psicanalítico.

Meu discurso, por haver retido sujeitos que não são preparados para isso pela experiência da qual ele se autoriza, prova que agüenta a tarefa de induzir esses sujeitos ao se constituir por suas exigências lógicas. O que sugere que aqueles que têm a dita experiência, nada perderiam em se formar nestas exigências que dele se depreendem, para restabelece-la em sua "escuta", em seu olhar clínico e, por que não, em suas supervisões. Que elas possam servir em outros campos, não as torna mais indignas de serem escutadas.

Pois a experiência do clínico, assim como a escuta do psicanalista, não tem que estar tão assegurada de seu eixo que não possa se socorrer dos referenciais estruturais que, desse eixo, fazem leitura. Eles não serão demais para transmitir essa leitura, quem sabe para modificá-la, ou pelo menos para interpretá-la.

Não lhes farei a ofensa de alegar os benefícios que a Escola extrai de um sucesso que há muito consegui afastar de meu trabalho e que, vindo, não o afeta.

⁷ De meu consultório profissional à École Normale Supérieure onde meu seminário se realizava nessa época e era escutado por uma geração.

Isso me faz lembrar um conhecido palhaço chamado peru (em inglês) de quem precisei suportar, em julho de 1962, as propostas sujas, antes que uma comissão de inquérito da qual ele era o intermediário pusesse em ação seu capanga. No dia previsto para o veredicto, combinado desde o início da negociação, ele saldou sua dívida para com meu ensino, então com mais de dez anos, outorgando-me o papel de sargento-recrutador. Os ouvidos dos que com ele colaboravam pareciam surdos a que, por essa via, a eles retornava, da história inglesa, bancar os recrutas bêbados.

Alguns estão hoje mais preocupados diante da face de expansão de meu discurso. Sossegando-se com um efeito de moda nessa afluência de meu público, eles ainda não percebem que se poderia contestar o direito de prioridade que acreditam ter sobre esse discurso por haverem-no mantido oculto.

É isso que a minha proposição impediria, para reavivar no campo na psicanálise suas justas conseqüências.

Mas, ainda precisaria que não fosse desse campo que viesse a palavra de não-analista para um ofício que reconheço ao vê-lo ressurgir: a cada vez que meu discurso faz ato em seus efeitos práticos, essa palavra rotula aqueles que assim o entendem.

Isso é sem gravidade para eles. A experiência mostrou que, para voltar às graças, é pequena a soma a pagar. Quem se separa de mim torna a ser analista de pleno exercício, ao menos pela investidura da Internacional psicanalítica. Um votinho para me excluir – que estou dizendo? nem isso: uma abstenção, uma desculpa dada em tempo hábil, e todos os direitos são recuperados na Internacional, mesmo que se tenha sido formado dos pés à cabeça por minha prática intolerável. Podem até usar meus termos, desde que eu não seja citado, uma vez que, a partir de então, eles não mais terão conseqüência por causa do barulho a cobri-los. Que ninguém aqui o esqueça: a porta não está trancada.

Para voltar a ser analista, no entanto, há outro meio que indicarei mais tarde, porque ele vale para todos, e não apenas para os que devem a mim o seu mau passo, tal como um certo bando de um tal de Moebius, verdadeiro apanhado de não-analistas⁸.

É que, quando se chega a escrever que minha proposição teria por fim entregar o controle da Escola aos não-analistas, não posso fazer menos do que aceitar o desafio.

E brincar de dizer que é esse mesmo, com efeito, seu sentido: quero colocar não-analistas no controle de ato analítico, se com isso se deve entender que a atual situação do status do analista não apenas o leva a eludir esse ato, como degrada a produção que dele dependeria para a ciência.

Num outro caso, seria realmente de pessoas tomadas fora do campo em suspensão que se esperaria uma intervenção. Se isso aqui não se concebe, é em razão da experiência da qual se trata, aquela dita do inconsciente, já que é por ela que se justifica, muito sumariamente, a análise didática.

Mas, ao tomarmos o termo analista no sentido segundo o qual, a fulano ou beltrano se pode imputar faltar para com ele, a título de um condicionamento mal apreensível, senão por um *standard* profissional, o não-analista não implica o

⁸ É o bando que se comprometeu com o primeiro número de Scilicet, cuja publicação logo seria objeto de curiosas manobras, cujo escândalo, para alguns, deve-se apenas à sua divulgação. Nesta data de 6 de dezembro, ela ainda está por ser lançada.

não-analisado, que, evidentemente, não penso em fazer ter acesso, considerada a porta de entrada que lhe ofereço, à função de analista da Escola.

Não é nem mesmo o não-praticante que estaria em questão, ainda que admissível nesse lugar. Digamos que introduzo aí um não-analista em esperança, aquele que se pode apanhar antes que, ao se precipitar na experiência, ele sofra, ao que parece em regra geral, como que uma amnésia de seu ato.

É concebível, de outro modo, que me seja preciso fazer emergir o passe (cuja existência ninguém me contesta)? Isso, por meio de duplicá-lo com o suspense que introduz seu questionamento para fins de exame. É dessa precariedade que espero que se sustente meu analista da Escola.

Em suma, é a ele que entrego a Escola, ou seja, entre outros, o encargo, primeiro, de detectar como os "analistas" têm tão-somente uma produção estagnante – sem saída teórica afora minha tentativa de reanimá-la -, na qual seria preciso tirar a medida da regressão conceitual, ou até da involução imaginária, a ser tomada no sentido orgânico – (menopausa, por que não? E por que nunca se viu a invenção de um jovem na psicanálise?)

Só proponho essa tarefa para que ela produza reflexão (quero dizer, que tenha repercussão) quanto ao que há de mais abusivo em confiá-la ao psicossociólogo, até ao estudo do mercado, iniciativa da qual vocês não se aperceberam (ou então como semblante, funcionou bem) quando ela foi provida de sua égide por um psicanalista professor.

Mas observem que quando alguém demanda uma psicanálise para proceder sem dúvida, é essa a doutrina de vocês, naquilo que há de confuso em seu desejo de ser analista, é essa mesma procissão que, por sucumbir de direito ao golpe da unidade da psicologia, vem sucumbir de fato.

Eis porque é de outro lugar, do ato psicanalítico somente, que é preciso situar o que articulo sobre o "desejo do psicanalista", que nada tem a ver com o desejo de ser psicanalista.

E, se nem sequer se sabe dizer, sem afundar no lodaçal que vai do "pessoal" ao "didático", o que é uma psicanálise que introduza a seu próprio ato, como esperar que se elimine esse *handicap* feita para prolongar seu circuito, que consiste em que em parte alguma o ato psicanalítico se distinga da condição profissional que o encobre?

Caberá esperar que exista o emprego de meu não-analista para sustentar essa distinção de modo que, ao se demandar uma psicanálise (uma primeira, um dia) como didática sem que o que esteja em jogo seja uma ordem estabelecida, sobrevenha alguma coisa de uma ordem que perca sua finalidade a cada instante?

Mas a demanda desse emprego já é uma retroação do ato psicanalítico, ou seja, ela parte dele.

Que uma associação profissional não possa satisfazer essa demanda, produzir esta última tem o resultado de forçar a primeira a declará-lo. Trata-se, então, de saber se é possível responder a ela de outro lugar, de um Escola, por exemplo.

Talvez isso fosse razão para alguém demandar uma análise a um analista-membro-da... Escola, sem o quê, em nome de que poderia ela ser esperada? Em nome da livre iniciativa? Que montemos, pois, outra loja!

O risco assumido, em suma, na demanda que só se articula por advir o

analista, deve ser tal que, objetivamente, aquele que só responde a ela por se responsabilizar por ela, isto é, ao ser o analista, já não tenha a preocupação de dever frustrá-la, pois já tem um bocado de trabalho para gratificá-la ao fazer com que aconteça algo melhor do que o que ele consegue fazer nesse momento.

Forma de escuta, modalidade de clínica, tipo de supervisão, talvez mais sustentadora em seu objeto presente por visá-lo mais em seu desejo do que em sua demanda.

O "desejo do psicanalista", eis o ponto absoluto de onde se triangula a atenção para aquilo que, por ser esperado, não tem que ser adiado para amanhã.

Mas dizê-lo como eu fiz, introduz a dimensão em que o analista depende de seu ato, balizando-se pelo falacioso daquilo que o satisfaz, assegurando-se, através dele, de não ser aquilo que ali se faz.

É nesse sentido que o atributo do não-psicanalista é o garante da psicanálise, e que eu desejo de fato os não-analistas, que pelo menos se distingam dos psicanalistas de agora, daqueles que pagam por seu status com o esquecimento do ato que o funda.

Para os que me seguem nesta via, mas lastimariam não ter uma qualificação tranqüilizadora, forneço, como havia prometido, a outra via que não me deixar: que me ultrapasse em meu discurso, até tornarem-no obsoleto. Saberei enfim que ele não foi em vão.

Por ora, tenho que suportar estranhas melodias. Eis a fábula do candidato, posta em circulação, que sela o contrato com seu psicanalista: – "Você pega leve que eu te dou cavalinho. Tão forte quanto esperto (quem sabe um desses normalistas, da École Normale, que desnormalizariam uma sociedade inteira com essas coisas afetadas que eles têm todo o gosto de cozinhar em fogo brando durante seus anos de preguiça), ninguém sabe, ninguém viu, eu os enrolo e você passa de fininho: analista da Escola, de acordo com a proposição."

Mirífico! Minha proposição, só por ter gerado esse ratinho, já se torna ela mesma um roedor. Pergunto: esses cúmplices, que outra coisa poderão fazer, a partir aí, senão uma psicanálise em que nenhuma palavra poderá se furtar ao toque do verídico, em que toda tapeação, por ser gratuita, não leva a nada? Em suma, uma psicanálise sem meandros. Sem os meandros que constituem o curso de toda e qualquer psicanálise, posto que mentira alguma escapa ao pendor da verdade.

Mas, o que isso quer dizer quanto ao contrato imaginado, se ele não muda nada? Que ele é fútil, ou melhor, que mesmo quando ninguém fareja nada, ele é tácito.

Pois afinal, não está o psicanalista sempre à mercê do psicanalisante, ainda mais que o psicanalisante de nada pode poupá-lo quando ele tropeça como psicanalista, e menos ainda se ele não tropeça? Pelo menos, é isso o que nos ensina a experiência.

O que ele não pode poupar-lhe é o des-ser com que ele é afetado como termo a ser atribuído a cada psicanálise, e que me espanta reencontrar em tantas bocas desde minha proposição, atribuído àquele que inflige o golpe por estar, no passe, conotado tão-somente por uma destituição subjetiva: o psicanalisante.

Para falar da destituição subjetiva sem trair o segredo da lábria ao passador, ou seja, aquilo cujas formas em uso até agora já fazem imaginar sua medida – eu a abordarei no outro lugar.

Aquilo de que se trata é de fazer ouvir que não é ela que faz des-ser, antes ser, singularmente e forte. Para ter uma idéia disso, imaginem a mobilização da guerra

moderna, tal como esta intervém para um homem da *belle époque*. Isso se encontra no futurista que nela lê sua poesia, ou no publicitário que faz de tudo para aumentar a tiragem. Mas, no que concerne ao efeito de ser, aborda-se melhor o assunto em Jean Paulhan. *O Guerreiro aplicado* é a destituição subjetiva em sua salubridade.

Ou ainda, imaginem-me em 1961, sabendo que eu servi aos meus colegas para que retornassem à Internacional, ao preço de meu ensino que dela seria proscrito. Prossegui no entanto esse ensino, – eu, ao preço de me ocupar exclusivamente dele, sem sequer me opor ao trabalho de separarem dele o meu auditório.

Esses seminários, sobre os quais, ao relê-los, alguém exclamou diante de mim recentemente, ao que me pareceu, sem outras intenções, que eu devia gostar muito daqueles para os quais sustentava esse discurso, – eis outro exemplo de destituição subjetiva. Pois bem, dou-lhes esse testemunho: somos bastante "ser" nesse caso, a ponto de parecer gostar, vejam só.

Nada a ver com o des-ser cuja questão é saber como o passe pode enfrentá-lo ao se ataviar com um ideal do qual o des-ser se descobriu, precisamente, porque o analista não suporta mais a transferência do saber nele suposto.

Sem dúvida era a isso que respondia o *Heil!* do Kapo de agora há pouco quando, sentindo-se ele mesmo crivado por sua investigação, soprou baixinho: "precisamos de psicanalistas de têmpera." Será que queria dizer temperado em seu sumo?

Não insisto: evocar os campos é grave, como alguém julgou dever dizer-nos. E não evocá-los?

De resto, gosto mais de lembrar a afirmação do teórico aí em frente, que sempre fez para si um amuleto do fato de psicanalisar com o próprio ser: seu "ser o psicanalista", naturalmente. Em alguns casos, tem-se isso ao alcance da mão, no limiar da psicanálise e lhe sucede conservar-se aí até o fim.

Deixo de lado o fato de que alguém que entende do riscado faz de mim um fascista e, para acabar com as futilidades, registro, divertido, que minha proposição teria imposto a admissão de Fliess na Internacional psicanalítica, mas recordo que o *ad absurdum* exige tato, e que nisto ele fracassa porque Freud não podia ser seu próprio passador, o que foi justamente a razão de não poder liberar Fliess de seu des-ser.

A acreditar nas lembranças tão precisas que a Sra. Blanche Reverchon-Jouve às vezes me faz a honra de confiar, tenho a sensação de que, se os primeiros discípulos houvessem submetido a um passador escolhido entre eles, digamos, não sua apreensão do desejo do analista – cuja noção não era então sequer perceptível, se é que alguém entende disso agora –, mas apenas seu desejo de sê-lo, o analista, o protótipo dado por Rank, em sua pessoa, do "Eu não penso", poderia ter sido situado muito mais cedo em seu lugar na lógica da fantasia.

E a função do analista da Escola teria vindo à luz desde o começo.

Pois, afinal, é preciso que uma porta seja aberta ou fechada, e assim estamos na via psicanalisante ou no ato psicanalítico. Podemos fazê-los se alternar, tal como uma porta que bate, mas a via psicanalisante não se aplica ao ato psicanalítico cuja lógica é de sua conseqüência.

Estou na iminência de demonstrar, ao escolher para meu seminário algumas das proposições descontínuas [discrètes] que afogam (inundam) a literatura

psicanalítica, que cada vez que um psicanalista capaz de consistência faz prevalecer um objeto no ato psicanalítico (cf. artigo de Winnicott⁹), ele deve declarar que a via psicanalisante apenas pode contorná-lo: não equivale isso a indicar o único ponto a partir do qual este é pensável, o próprio psicanalista como causa do desejo?

Já disse o bastante, penso eu, para que se entenda de que não se trata, em absoluto, de analisar o desejo do psicanalista. Nem sequer ousaremos falar de seu lugar cristalino antes havermos articulado o que é exigido pela demanda do neurótico, a qual indica o ponto a partir do qual ele não é articulável.

Ora, a demanda do neurótico é, muito precisamente, o que condiciona o porte profissional, os trejeitos sociais com que atualmente se forja a imagem do psicanalista.

Que ele favorece nesse status a debilidade dos complexos identificatórios não há dúvida, mas tem seu limite, e esta, em troca, faz a opacidade.

Tal é, desenhado pela pena do próprio Freud, o famoso narcisismo da pequena diferença, embora perfeitamente analisável ao relacioná-lo com a função que o objeto (a) ocupa no desejo do analista.

O psicanalista, como dizem, bem quer ser a merda, mas não sempre a mesma. É interpretável, sob a condição de que ele se aperceba que ser a merda é verdadeiramente o que ele quer, desde que se torna testa-de-ferro do sujeito-suposto-saber.

O que importa, portanto, não é esta ou aquela merda. E também não é qualquer uma. É que ele apreenda que essa merda não é dele, nem tampouco da árvore que ela recobre no abençoado país dos pássaros: como também só ouro, não faz o Eldorado.

O pássaro de Vênus é cagão. A verdade nos chega, no entanto, em patas de pomba, como já se percebeu. O que não é razão para que o psicanalista se tome pela estátua do Marechal Ney. Não, diz a árvore! Diz não por ser menos rígida e fazer o pássaro descobrir que ele permanece por demais sujeito de uma economia movida pela idéia da Providência.

Vejam que sou capaz de adotar o tom da moda quando estamos entre nós. Peguei um pouco de cada um dos que manifestaram suas opiniões, deixando de fora o mau humor, e atrevo-me a dizer pois vocês o verão com o tempo, isso se decanta como o eco do "Lobo, você está aí?"

E concluamos. Minha proposição só teria mudado um fio de cabelo na demanda da análise com fins de formação. Esse cabelo teria bastado, desde que se conhecesse sua prática.

Ela permitia um controle não inconcepto de suas conseqüências. Não contestava nenhuma posição estabelecida.

A ela se opõem aqueles que seriam chamados a seu exercício. Não posso impô-lo a vocês.

Fina como um fio de cabelo, ela não terá que se medir pela amplitude da aurora.

Bastará que ela a anuncie.

⁹ Cf. 'On transference', IJP, outubro de 1956, no. IV/V, p.386-8. Artigo que introduzi em 29 de novembro de 1967 para indicar como o autor só destaca o objeto privilegiado de sua experiência, ao qualificá-lo de falso self, e exclui sua manobra da função analítica, tal como situada por ele. Ora, ele apenas articula esse objeto pelo processo primário, tomado de Freud. Descubro ali o lapso do ato analítico.

Interrompo aqui este fragmento, já não havendo interesse nas disposições práticas com que ele se encerra neste 1º de outubro de 1970. Que se saiba, no entanto, que, por não ter sido lido, ele foi dito de outra maneira, aliás, como testemunha a versão gravada, se a seguirmos linha a linha. Aqueles que, por terem sido solicitados a fazê-lo, receberam-na, poderão, de sua sintaxe falada, apreciar a inflexão.

Esta se faz mais paciente quanto mais vivo é o ponto que está em jogo.

O passe, ou seja, aquilo cuja existência ninguém me contesta, ainda que na véspera fosse desconhecida no batalhão a patente que acabo de conferir-lhe, o passe é o ponto em que por haver chegado ao fim de sua psicanálise, o lugar que o psicanalista ocupara em seu percurso, alguém dá este passo para ocupá-lo. Entendam bem: para nele operar como quem o ocupa, embora, dessa operação, não saiba nada, senão a que, em sua experiência, ela reduziu o ocupante.

O que revela que, ao aplaudir que eu assinale assim essa virada, nem por isso se está deixando de objetar à disposição mais próxima que daí se extrai, ou seja, que se ofereça a quem a quiser a possibilidade de testemunhar, ao preço de deixar a seus cuidados o conseqüente esclarecer?

Evidentemente, tocamos aí na distância que tira de mim sua dimensão, distância do mundo que separa o fulano em quem se investe, ou que se investe, pouco importa, mas que produz a substância de uma qualificação: formação, habilitação, apelação de origem mais ou menos controlada, é tudo a mesma coisa, é hábito, ou talvez *habitus*, desde que o fulano o vista –, que separa o fulano, dizia eu, do sujeito que só chega aí pela divisão primeira resultante de que um significante só o representa para outro significante, e que essa divisão, ele a experimenta ao reconhecer que o outro significante – o Ur, na urigem (no começo lógico) – é recalcado. Mediante o que, se o expuséssemos (o que não seria o caso, pois, diz-nos Freud, ele é o umbigo do inconsciente), seria de seu representante que ele perderia o prumo – o que deixaria a representação da qual ele imagina ser a câmara escura, embora seja apenas seu caleidoscópio, numa grande barafunda, por ali encontrar muito mal os efeitos de simetria com que se garantem sua direita e sua esquerda, seus direitos e seus erros, recolocando-o sentado no colo do Eterno.

Um sujeito assim não é dado por uma intuição que proporcione felicidade ao sustentar a definição de Lacan.

Mas o extremismo desta demarca implicações com que se enfeita a rotina da qualificação tradicional, as necessidades que resultam da divisão do sujeito: do sujeito tal como elaborado em virtude do inconsciente, isto é, do *hic*, o qual – é preciso que eu lembre – fala melhor do que aquele por ser estruturado como uma linguagem etc.?

Esse sujeito só desperta quando, para cada um no mundo, o negócio torna-se outra coisa que ser o fruto da evolução que, da vida, dá ao dito mundo um conhecimento: sim, um coconhesenso (*connerie-sens*) com o qual esse mundo pode dormir sossegado.

Tal sujeito se constrói com toda a experiência analítica, quando Lacan tenta, por sua álgebra, preservá-lo da miragem de ser Um: pela demanda e pelo desejo que situa como instituídos pelo Outro, e pela barra que volta por ser o próprio Outro, por fazer com que a divisão do sujeito se simbolize pelo *S/* barrado, o qual, desde então sujeito a afetos imprevisíveis, a um desejo inarticulável de seu

lugar, se faz uma causa (como diríamos: faz-se uma razão ou seja se resigna), se faz uma causa com o mais-gozar, do qual, no entanto, ao situá-lo pelo objeto a, Lacan demonstra o desejo articulado, e muito bem, mas do lugar do Outro.

Tudo isso se sustenta não com meia dúzia de palavras, mas com um discurso sobre o qual é preciso notar que ele foi inicialmente confidencial, e que sua passagem ao público em nada permitia um outro farol de mesmo disfarce no marxismo, que se deixasse dizer que o Outro de Lacan é Deus posto como terceiro entre o homem e a mulher. Isso para dar o tom do que Lacan encontra à guisa de apoio fora de sua experiência.

Não obstante, ocorre que um movimento chamado estruturalismo, patente ao denunciar o atraso em relação a seu discurso, e uma crise – refiro-me àquela na qual a Universidade e o marxismo ficam reduzidos a navegar não tornem despropositado estimar que o discurso de Lacan nele se confirme, ainda mais por faltar, ali, a profissão psicanalítica.

Daí, esse fragmento adquire valor por apontar, primeiro, de onde se fomentava uma proposição: o tempo do ato, do qual nenhuma temporização era admissível já que nisso reside seu tamponamento.

Seria divertido pontuar esse tempo através do obstáculo que ele manifesta. O de uma "Diretoria" consultada, que vê a coisa com bons olhos por dela ainda se sentir juíza, não sem que nisso se distinga um certo fervor a seguir a flecha antes de tomar a direção do vento, mas já claramente uma certa frieza ao sentir o que aqui apenas pode extinguir sua propaganda.

Contudo, da platéia maior, embora restrita, da qual, prudente, convoco a opinião, eleva-se um tremor entre aqueles para os quais isto é o estabelecido: que a questão que eu levantei permaneça velada para ficar à mercê deles. Acaso não mostrei, à minha maneira de saída discreta, com minha "situação da psicanálise em 1956", que eu sabia que uma sátira não muda nada?

Como seria preciso que mudem aqueles cujo exercício da proposição depende, a título da nomeação de passadores, pela coleta do depoimento deles, pela sanção de seus frutos, prevalecendo o seu *non licet* sobre os *licet* que compõem, no entanto, sejam quais forem os *quemadmodum*, uma maioria tão inútil quanto esmagadora.

Tocamos aí o que se obtém, entretanto, por não termos contemporizado. E não é somente que, trilhada pela emoção de maio com a qual se agitam até as associações psicanalíticas, caberia dizer, até mesmo os estudantes de medicina que sabemos tomarem seu tempo para lá chegar, minha proposição seria facilmente aprovada um ano e meio depois.

Ao entregar, tão-somente ao ouvido capaz de restabelecer-lhes a distância, os temas, o tom cujos motivos se entregam, vez por outra, das opiniões que solicitei de ofício, minha resposta deixa, do avatar que me cabe por destino, uma marca própria, não digo para um progresso – não aspiro a nada dessa ordem, como se sabe –, mas para um movimento necessário.

O que posso denunciar concernente ao acesso à função de psicanalista, da função da influência em sua abordagem, da afetação social em seu *gradus*, da ignorância qualificada pelos que são designados para responder por ela, não é nada perante a recusa em conhecer que, do sistema, faz bloco.

Pois basta abrir o jornal oficial com que a associação dá a seus atos um alcance internacional para nele encontrar, literalmente descrito, tanto ou mais do que aquilo que posso dizer. Alguém me sugeriu, ao reler a prova de meu texto, que eu esclarecesse o número a que fiz referência do *International Journal*. Não me darei a esse trabalho: que abram o último publicado. Encontrarão, que seja por um título, o anúncio com esse exato termo, da irreverência que serve de cortejo à formação do psicanalista: veremos aí que se trata, realmente, de fazer dela uma bandeira. É que, ao não atizar nenhuma proposta de ir adiante nesses impasses, todas as formas de coragem – foi isso que dei a entender acima – são permitidas.

O mesmo a dizer, ainda que somente a partir de maio de 1968, dos debates mimeografados que me chegam do Instituto Psicanalítico de Paris.

Diferentemente da Escola onde se produz minha proposição, desses lugares não me vem nenhum eco de que alguém esteja se demitindo, nem mesmo que isso esteja em questão.

Quanto a mim, eu nada forcei. Tive apenas que não tomar partido contra minha proposição para que ela mesma me retornasse do *floor*, devo dizer, sob fórmulas mais ou menos bem inspiradas, para que a mais segura se impusesse de longe à preferência dos votantes, e para que a Escola pudesse vir à luz aliviada de seus impedidores, sem que estes tivessem que se queixar na ocasião, nem do soldo retirado de seus serviços, nem da aura preservada por sua cotação.

Releio notas que me censuram por essa saída, tomando a perda que suporte com isso como sinal de uma falta de sabedoria. Seria ela maior do que meu discurso demonstra de sua necessidade?

Sei do curioso ódio¹² dos que outrora foram impedidos de saber o que eu digo, o que é preciso reconhecer aí de transferência. Ou seja, além daquilo que se impõe de meu saber, o que supõem em mim, tenham o que tiverem.

Como a ambivalência, para falar como os que acreditam que amor e ódio têm um suporte comum, não seria mais viva em um sujeito dividido por eu o pressionar com o ato analítico?

Oportunidade de dizer porque, durante muito tempo, só pude atribuir a histórias o fato espantoso, a tomá-lo por seu viés nacional, que meu discurso fosse rejeitado justamente por aqueles a quem deveria interessar o fato de que, sem ele, a psicanálise na França seria como é na Itália, ou na Áustria, onde quer que se vá pesar o que se sabe de Freud!

A anedota está na importância a ser dada ao amor: mas, como então, aquilo de que, no particular, cada um faz sua regra, pode prestar-se a essa inflação no universal? Que o amor seja apenas encontro, isto é, puro acaso (cômico, diria eu), é o que não posso desconhecer naqueles que vieram comigo. E é também o que lhes deixa suas chances, em todos os sentidos e de todas as maneiras. Eu não diria o mesmo dos que contra mim foram prevenidos-que eles tenham merecido sê-lo não modifica nada.

¹⁰ Acreditem: no caso com que o ilustro em Scilicet I, isso foi recolocado dentro do mesmo espírito, isto é, numa carta na qual nos perguntamos por onde tomá-la, se pelo irrepreensível de seu envio ou pela confiança nela me é dada.

Digo: o sentimento de minha realidade está conforme a idéia que fazemos da nora do lado em questão, e que denunciarei nestes termos: a realidade é aquilo em que nos apoiamos para continuarmos a sonhar.

Mas, ainda assim, isso me lava, aos olhos dos sábios, de todas as inclinações quanto à série de que sou o pivô, mas não o pólo.

Pois o episódio daqueles que se podia crer que, não por acaso, ficariam comigo, permite palpar que meu discurso em nada aplaca o horror do ato psicanalítico.

Por quê? Porque este é o ato, ou melhor, este seria, que não suporta o semblante.

Eis por que a psicanálise é, em nossa época, o exemplo de um respeito tão paradoxal que ultrapassa a imaginação, por incidir sobre uma disciplina que só se produz pelo semblante. É que, a tal ponto ele é nu aqui, que tremem os semblantes mediante os quais subsiste religião, magia, devoção, tudo o que se dissimula da economia do gozo.

Somente a psicanálise descortina o que funda essa economia no intolerável: é o gozo que eu digo.

Mas, ao descortiná-lo, ao mesmo tempo ela o fecha e se alinha com o semblante, mas a um semblante tão impudente que intimida tudo aquilo que no mundo o atenua.

Direi eu que não se acredita no que se faz? Isso seria desconhecer que a crença é sempre o semblante em ato. Um dia, um de meus alunos disse ótimas coisas a esse respeito: acreditamos não crer naquilo que professamos fingir, mas é um erro, pois basta um nadinha – que aconteça, por exemplo, aquilo que se anuncia – para percebermos que acreditamos e que, por acreditarmos, isso dá muito medo.

O psicanalista não quer acreditar no inconsciente para se recrutar. Para onde iria ele, se percebesse que crê, ao se recrutar, em semblantes de crença?

O inconsciente, ele, não faz semblante. E o desejo do Outro não é um querer "meia-boca" (*à la manque*).

Nota italiana¹

Tal como se apresenta, o grupo italiano tem a seu favor o fato de ser tripode. Isso pode ser suficiente para fazer com que se sentem nele.

Para assentar o discurso psicanalítico, está na hora de colocá-lo a prova: o uso decidirá de seu equilíbrio.

Que ele pense – "com seus pés" – é o que está ao alcance do ser falante desde quando ele começou a vagir.

Faremos bem ainda de tomar como estabelecido, no ponto presente, que o voto contra ou a favor é o que decide a preponderância do pensamento caso os pés marquem tempos de discórdia.

Eu lhes sugiro partir daquilo que eu tive de reformular em outro grupo, nomeadamente a E.F.P.

O analista dito da Escola, A.E., doravante recruta-se ali por se submeter à prova dita do passe, à qual, no entanto, nada o obriga, pois ao lado disso a Escola delega a alguns, que não se oferecem para isso: o título de analista membro da Escola, AME

O grupo italiano, se quiser me ouvir, se limitará a nomear os que nele postularem sua entrada segundo o princípio do passe, assumindo o risco de que não o haja.

Esse princípio é o seguinte; é o que eu disse nos seguintes termos:

O analista só se autoriza por si mesmo, isso é óbvio. Pouco lhe importa uma garantia que a minha Escolha lhe dê, sob a sigla irônica de AME Não é com isso que ele opera. O grupo italiano não está em condições de fornecer esta garantia.

O que ele tem a velar é que ao se autorizar por si próprio, haja apenas o analista.

Pois minha tese inauguradora, por romper com a prática através da qual, pretensas Sociedades fazem do analista uma agregação, nem por isso implica que qualquer um seja analista.

Pois, por aquilo que ela enuncia, é do analista de que se trata. Ela supõe que haja analista.

Autorizar-se não é auto-ri(tuali)zar.

Pois já afirmei em outra parte que é do não-todo que emerge o analista. Não-todo ser ao falar pode se autorizar para fazer um analista. A prova é que a análise é ali necessária, ainda que não seja suficiente.

Só o analista, ou seja, não qualquer um, pode autorizar-se por si mesmo.

Há analista, agora é fato: mas é fato por eles funcionarem. Essa função torna apenas provável a ex-sistência do analista. Probabilidade suficiente para garantir que exista algum: que as chances sejam grandes para cada um, são insuficientes para todos.

⁹ Esta carta de Jacques Lacan foi dirigida, em abril de 1974, a três psicanalistas italianos: Verdiglione, Contri e Drazien. Foi publicada em *Spirales*, 1981, p. 60.

No entanto, se fosse conveniente que apenas os analistas funcionassem; tomá-lo por objetivo seria digno da trípode italiana.

É preciso para isso (é de onde resulta que eu tenha esperado para trilhar essa via), é preciso para tanto levar em conta o real, ou seja, aquilo que advém de nossa experiência do saber.

Há saber no real. Embora este não seja o analista mas, o científico que precisa alojá-lo.

O analista aloja um outro saber em outro lugar, mas este tem que levar em conta o saber no real. O científico produz o saber, do semblante de se fazer sujeito deste. Condição necessária, mas não suficiente. Se ele não seduz o mestre lhe velando o fato de que está ali sua ruína, esse saber permanecerá enterrado como o foi por vinte séculos em que a ciência se acreditou sujeito, mas somente por uma dissertação mais ou menos eloqüente.

Só volto a esse ponto demasiadamente conhecido, para lembrar que a análise depende disso, mas que para ele, da mesma forma, isso não é suficiente.

Seria preciso que um clamor se juntasse a isso, de uma pretensa humanidade para a qual esse saber não foi feito já que ela não o deseja.

Só há analista na medida em que esse desejo lhe advier, ou seja, que desde já, e por isso mesmo, ele seja o rebotalho da dita (humanidade).

Digo desde já: está aí a condição pela qual por qualquer lado de suas aventuras, o analista deve portar a marca. Cabe a seus congêneres "saber" encontrá-la.

Salta aos olhos que isso suponha um outro saber elaborado a priori, do qual o saber científico deu o modelo e do qual ele tem a responsabilidade. É justamente aquela que lhe imputo, por ter transmitido unicamente aos rebotalhos da douta ignorância, um desejo inédito, o qual se trata de verificar para fazer o analista. Seja lá o que for que a ciência deva à estrutura histórica, o romance de Freud, é seu amor com a verdade.

Ou seja, o modelo do qual o analista, se há um, represente a queda, o rebotalho, como disse, mas não qualquer um.

Acreditar que a ciência seja verdadeira sob o pretexto de que ela é transmissível (matematicamente) é uma idéia delirante que cada um de seus passos recusa ao repelir para os velhos tempos uma primeira formulação. Não há, por isso, nenhum progresso que seja notável por não se conhecer suas conseqüências. Existe apenas a descoberta de um saber no real. Ordem que não tem nada a ver com aquela imaginada antes da ciência, mas à qual razão alguma assegura que seja um feliz acaso (*bon-heur*).

Se o analista se criva do rebotalho de que falei, é por ter um vislumbre de que a humanidade se situa pelo feliz acaso [*bon-heur*] (é nisso que ela se deleita: para ela só há feliz acaso [*bon-heur*]), e é nisso que ele deve ter cingido a causa de seu horror; do seu próprio, destacado daquele dos outros, horror de saber.

Aí então ele sabe ser um rebotalho. É isso que a análise deve tê-lo feito pelo menos sentir. Se ele não é levado ao entusiasmo, ele pode até ter tido análise, mas não há chance de analista. É o que meu "passe", novinho em folha, ilustra freqüentemente: seja porque os passadores se desonram por deixar a coisa incerta, na falta do que o caso cai sob o golpe da recusa delicada de sua candidatura.

Isso terá um outro alcance no grupo italiano, se ele me seguir neste tema, pois na Escola de Paris, não há disputa para tanto. O analista se autorizando por

si mesmo, sua falta passa aos passadores e a sessão continua para felicidade [*bonheur*] geral, no entanto com um matiz de depressão.

O que o grupo italiano ganharia ao me seguir, é um pouco mais de seriedade do que consegui por minha prudência. É preciso que para isso ele assuma um risco.

Articulo agora as coisas para aqueles que me ouvem.

Existe o objeto (a). Ele ex-siste agora por eu o haver construído. Suponho que se conheçam as suas quatro substâncias episódicas, que se saiba para o que ele serve: é por envelopar-se com a pulsão pela qual cada um se visa no âmago; e só chega lá com um tiro que erra o alvo.

Isso dá suporte às realizações das mais efetivas, - e também às realidades mais cativantes.

Se isso é o fruto da análise, reenviem o tal sujeito a seus queridos estudos.

Ele enfeitará com algum bibelô suplementar, o patrimônio que é suposto deixar Deus de bom humor. Que se goste de acreditar nisso, ou que isso revolte, o preço é o mesmo para a arvore genealógica de onde subsiste o inconsciente.

O fulano e o sicrano se alternam aí sem problemas.

Que ele não se autorize a ser analista, pois não terá jamais tempo de contribuir para o saber, sem o qual não tem chance de que a análise continue a ter crédito no mercado, ou seja, que o grupo italiano não esteja fadado à extinção.

O saber em jogo; eu emiti o princípio dele como um ponto ideal ao qual tudo leva a supor quando se tem o sentido da épura; é que não há relação sexual. Entendo por relação aquilo que possa se transpor numa escrita. Inútil tentar a partir daí, me dirão alguns, mas certamente não vocês. Porém, quanto a seus candidatos, será mais um para ser reprovado por não ter chance nenhuma de contribuir ao saber sem o qual, vocês se extinguirão.

Sem tentar essa relação de escrevê-la, não há, com efeito, meio de chegar a isso que ao mesmo tempo eu atestava a sua inexistência, proposta como um objetivo pelo qual a psicanálise se igualaria à ciência. A saber, demonstrar que essa relação é impossível de se escrever, seja que é nisso que ela não seja afirmável, nem tampouco refutável a título da verdade.

O que tem como conseqüência que não há verdade que se possa dizer toda, nem mesmo essa, já que esta não se diz isso nem mais nem menos. A verdade não serve para nada, senão para criar esse lugar onde se denuncia esse saber.

Mas esse saber não é pouco, pois o que se trata, é de que acessando o real, ele o determina tanto quanto o saber da ciência. Naturalmente esse saber não é todo pronto, pois é preciso inventá-lo.

Nem mais nem menos, nem descobri-lo, já que a verdade não está lá mais do que a lenha para o fogo, eu digo mesmo: a verdade tal qual ela proceda da baba...quice (ortografia a comentar, não é da boba..gem).

O saber designado do inconsciente para Freud é o que cria o húmus humano por sua perenidade de uma geração a outra, e agora que foi inventariado, sabe-se que isso dá provas de uma desmedida falta de imaginação.

Só podemos ouvi-lo sob o benefício deste inventário: seja deixando em suspenso a imaginação que ali é curta e pondo à contribuição o simbólico e o real que o imaginário enlaça (é por isso que não podemos largá-lo), e tentar a partir deles que, apesar de tudo, deram suas provas ao saber; aumentar os

recursos graças aos quais venhamos a prescindir dessa relação incômoda para fazer o amor mais digno do que a profusão da tagarelice que ele constitui até hoje – *sicut palea*, dizia São Thomas encerrando sua vida de monge. Encontrem para mim um analista desse feitio, que se instale sobre outra coisa que não sobre um *organon* esboçado.

Concluo: o papel dos passadores é a própria trípode que sustentará até segunda ordem já que o grupo tem só três pés.

Tudo deve girar em torno dos escritos a serem publicados.

Carta de dissolução da EFP

Falo sem a menor esperança – de me fazer ouvir, notadamente.

Sei que o faço – acrescentando aí o que isso comporta de inconsciente.

Está aí a minha vantagem sobre o homem que pensa e não se apercebe de que, em primeiro lugar, ele fala. Vantagem que só devo à minha experiência.

Pois, no intervalo da palavra que ele desconhece até o que ele acredita fazer pensamento, o homem se embaralha o que não o encoraja.

De sorte que o homem pensa débil, ainda mais débil que ele se enraivece... justamente por se embaralhar.

Há um problema da Escola. Não é um enigma. E eu me oriento aí; já era hora.

Este problema demonstra-se tal por haver uma solução: é a dis – a dissolução.

Tem que ser entendida como da Associação que, a essa Escola, dá estatuto jurídico.

Que seja suficiente que um se vá para que todos estejam livres, é, no meu nó, verdadeiro para cada um; em minha Escola é preciso que seja eu.

Resolvo-me a isso pelo fato de que ela funcionaria, se eu não me metesse de través, às avessas daquilo pelo que eu a fundei.

Ou seja, para um trabalho, eu o disse – que, no campo que Freud abriu, restaura a relha cortante de sua verdade – que retoma a práxis original que ele instituiu sob o nome de psicanálise no dever que lhe cabe em nosso mundo – que, por uma crítica assídua, denuncia os desvios e os compromissos que amortecem seu progresso, degradando seu emprego. Objetivo que mantenho.

É por isso que eu dissolvo. E não me queixo dos ditos "membros da Escola freudiana" – melhor, lhes agradeço, por haver por eles sido ensinado, onde eu fracassei – quer dizer, me embaralhei.

Este ensino me é precioso. Tiro dele proveito .

Dito de outro modo, eu persevero.

E convoco a se associarem mais uma vez aqueles que, neste Janeiro de 1980, queiram seguir com Lacan.

Que a escrita de uma candidatura os faça prontamente conhecidos de mim. Em dez dias, para cortar a debilidade circundante, publicarei as adesões primeiras que tiver acolhido como engajamento de "crítica assídua" do que a E.F.P. proporcionou em matéria de "desvios e compromissos".

Demonstrando em ato que não é por seu feito que minha Escola seria Instituição, efeito de grupo consolidado, às expensas do efeito de discurso esperado da experiência, quando ela é freudiana. Sabe-se o que custou, que Freud tenha permitido que o grupo psicanalítico prevalecesse sobre o discurso, tornando-se Igreja.

A Internacional, já que é seu nome, se reduz ao sintoma que ela é daquilo que Freud esperava dela. Mas não é ela que tem peso. É a Igreja, a verdadeira, que sustenta o marxismo naquilo que ele lhe restitui de sangue novo... de um sentido renovado. Por que não a psicanálise, quando ela se volta para o sentido.

Não digo isso por uma zombaria vã.

A estabilidade da religião vem de que o sentido é sempre religioso.

De onde minha obstinação em minha via de matemas – que nada impede, mas testemunha do que seria necessário para, o analista, colocá-lo ao passo de sua função.

Se eu ‘pai-severo’ [*père-sevère/ persevera*], é que a experiência feita chama a contra-experiência que compense.

Não tenho necessidade de muita gente. E há gente de quem não tenho necessidade.

Eu os largo aí para que eles me mostrem o que sabem fazer, além de me estorvar e desperdiçar um ensino no qual tudo é pesado.

Aqueles que admitirei comigo fazem melhor? Ao menos poderão prevalecer-se de que eu lhes dê uma chance.

O diretório da E.F.P., tal como eu o compus, despachará as pendências dos afazeres ditos correntes, até que uma Assembléia extraordinária, a ser a última, convocada em tempo devido conformemente à lei, proceda a uma devolução de seus bens, que os tesoureiros terão estimado, René Bailly e Solange Faladé.

Jacques LACAN
Guitrancourt, neste 5 de Janeiro de 1980

Carta para a Causa freudiana

Há o recalcado. Sempre. É irreduzível.

Elaborar o inconsciente, como se faz na análise, não é senão produzir ali esse furo. Freud, ele mesmo, eu o lembro, leva isso em conta faz disso o caso.

Isto me parece confluir pertinentemente para a morte.

À morte, que com a qual eu identifico ali pelo fato que, "como o sol", diz alguém, ela não se pode olhar de frente.

Também, não mais que qualquer um, eu não a olho. Faço o que tenho de fazer, que é fazer frente ao fato, trilhado por Freud, do inconsciente.

Nisso, estou só.

Depois, há o grupo. Entendo que "A Causa" segura a barra.

- O cartel funciona. Basta que não se faça obstáculo, salvo para vetorializar, do que estou dando a fórmula, e permutar.

- Um Diretório administra. Seus responsáveis, na posição por dois anos – após o que, mudam.

- Comissões os auxiliam, também por dois anos.

- Uma Assembléia anual, dita administrativa, para que se conheça o andar das coisas; instância, ela, permanente.

- A cada dois anos, um Congresso, ao qual todos estão convidados.

- Um Conselho, enfim, dito estatutário, é a garantia disso que instituo.

A Causa terá sua Escola. Da qual procederá o AME, agora da Causa freudiana.

O passe produzirá o novo A.E. – sempre novo por sê-lo para o tempo de testemunhar na Escola, por três anos.

Pois mais vale que ele passe, esse A.E., antes que ele vá direto se encaixar na casta.

Jacques Lacan

Neste 23 de Outubro de 1980